

Estado de Goiás

Polícia Militar

Academia de Polícia Militar

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Polícia Interativa Proposta para o controle
da Criminalidade no Estado do
Espírito Santo

João Jerônimo Pretti

Goiania - 1996

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIVISÃO DE ENSINO

26/16

PARECER DO ORIENTADOR DO TTP E/OU MONOGRAFIA

Tema do TTP e/ou Monografia: POLÍCIA INTERATIVA: PROPOSTA PARA O CONTROLE DA CRIMINALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

DISCENTE: CAPM JOÃO JERÔNIMO PRETTI

CURSO: (C.A.O. 196) CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS.

PARECER:

Após analisar o conteúdo do pre-
sente trabalho, estou convencido de que
o mesmo cumpre os objetivos a que
se propõe.

Vitória / ES, 07/06/96

(Ass)

Nome (completo)

Flávio César Costa

Avaliador

JOÃO JERÔNIMO PRETTI – CAP PM

**POLÍCIA INTERATIVA: PROPOSTA PARA O CONTROLE
DA CRIMINALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA – 1996

JOÃO JERÔNIMO PRETTI – CAP PM

**POLÍCIA INTERATIVA: PROPOSTA PARA O CONTROLE
DA CRIMINALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Trabalho técnico - profissional
apresentado à Academia de
Polícia Militar do Estado de
Goiás, como exigência parcial,
para conclusão do Curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais, sob
a orientação do Capitão PM Júlio
César Costa.**

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA – 1996

*A Polícia Militar é como criança.
Quando está perto incomoda; mas
quando está longe faz falta.*

*Paulo José Soares Serpa
Ten - Cel / PMES*

Dedicatória:

*Ao Mentor da Polícia Interativa, Cap
PMES Júlio César Costa, por não ter
medo de ousar.*

Agradecimentos:

*A todos que direta ou indiretamente
contribuíram para a concretização deste
Trabalho Técnico Profissional, fica aqui
registrado nossos mais sinceros
agradecimentos.*

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

Homenagem especial:

*À Professora Nancy Ribeiro de Araújo e
Silva, propedeuta indiscutível, que soube
de forma brilhante e eficiente, ministrar
os ensinamentos para a perfeita
condução metodológica deste Trabalho
Técnico Profissional.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA POLÍCIA	11
1.1 - Principais Mudanças da Polícia Brasileira na sua História	15
1.2 - O Início da Polícia Militar no Espírito Santo	18
2. POLÍCIA COMUNITÁRIA	23
2.1 - Origem e Desenvolvimento	24
2.2 - Evolução da Polícia Comunitária para a Polícia Interativa	30
3. HISTÓRICO DA POLÍCIA INTERATIVA	33
3.1 - Implantação da Polícia Interativa no Espírito Santo	36
3.2 - Guaçuí: Marco Inicial da Polícia Interativa no Brasil	39
4. POLÍCIA INTERATIVA: OPÇÃO CONTRA A DEGENERESCÊNCIA DA POLÍCIA	45
5. POLICIAMENTO OSTENSIVO PRODUTIVO COMUNITÁRIO: POLICIAMENTO DO FUTURO	52
5.1 - Polícia Interativa: Vantagens	63
5.2 - Polícia Interativa: Desvantagens	64
6. A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO RUMA PARA O 3º MILÊNIO	66
7. METODOLOGIA	68
7.1 - Apresentação	68
7.2 - Instrumento de Pesquisa	68

7.3 - Interpretação dos Dados	69
7.4 - Análise de Resultados das Pesquisas	70
7.4.1 - Pesquisa Realizada entre Policiais Militares da PMES	70
7.4.1.1 - Quadro “A”	70
7.4.1.2 - Quadro “B”	71
7.4.1.3 - Quadro “C”	72
7.4.1.4 - Quadro “D”	73
7.4.1.5 - Quadro “E”	74
7.4.1.6 - Quadro “F”	75
7.4.1.7 - Quadro “G”	76
7.4.1.8 - Quadro “H”	77
7.4.2 - Pesquisa Realizada entre os Habitantes de Guaçuí/ES	78
7.4.2.1 - Quadro “A”	78
7.4.2.2 - Quadro “B”	79
7.4.2.3 - Quadro “C”	80
7.4.2.4 - Quadro “D”	81
7.4.2.5 - Quadro “E”	82
7.4.2.6 - Quadro “F”	83
7.4.2.7 - Quadro “G”	84
CONCLUSÃO	85
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXOS	88
Anexo I - Reportagens de Jornais e Revistas	89
Anexo II - Questionário Distribuído entre Policiais Militares da PMES	96
Anexo III - Questionário Distribuído entre os Habitantes do Município de Guaçuí/ES	98

INTRODUÇÃO

A segurança pública tem sido motivo de preocupação e especial interesse em todos os segmentos da sociedade, uma vez que se questiona o modelo de segurança existente.

O tema proposto neste trabalho trata de um estudo sobre o Policiamento Ostensivo Produtivo Comunitário (POP - Com - Polícia Interativa) cujo objetivo é a interação entre polícia e comunidade. Nesta proposta a comunidade fiscaliza a polícia, ajudando-a com uma participação efetiva, por meio dos Conselhos Interativos de Segurança Pública.

O presente estudo objetiva divulgar a criação de um modelo próprio, moderno e dinâmico na execução da polícia ostensiva, a partir do exemplo implantado no município de Guaçuí, localizado a sudoeste do Estado do Espírito Santo.

Inicialmente, far-se-á uma retrospectiva histórica da Polícia, situando as principais mudanças ocorridas na Polícia Militar Brasileira ao longo de sua existência.

Analisar-se-á a origem e o desenvolvimento da Polícia Comunitária, que baseada em exemplos da polícia americana trouxe algumas mudanças, imputando um sentido de responsabilidade coletiva e de cooperação, podendo amenizar o clima de insegurança que atingiu a sociedade. Esse processo aperfeiçoado, fez gerar a Polícia Interativa, que criou a mentalidade de uma polícia voltada para a cidadania, preservando assim a sua segurança.

Demonstrar-se-á de forma criteriosa, o histórico da Polícia Interativa, sua implantação no Espírito Santo e a forma como é aceita pela população de Guaçuí, a qual originou um meio eficiente de participação no processo de transformação social.

Enfatiza-se que a Polícia Interativa é uma opção concreta contra a degenerescência da Polícia, pois a responsabilidade da segurança pública passa a ser de toda a comunidade e não apenas da organização policial.

Considera-se que por ser uma experiência inovadora, a Polícia Interativa apresenta vantagens. Entretanto, apresentaremos algumas desvantagens, principalmente no momento de sua implantação, que ao longo do tempo devem ser superadas.

Enfatiza-se que implantar o projeto de Polícia Interativa é perfeitamente possível às prefeituras. Com vontade política os poderes públicos concentrarão seus esforços na busca de soluções viáveis para que torne a sociedade mais confiante e o infrator desestimulado a continuar infringindo as

leis. Guaçuí poderá ser tomado como exemplo.

Buscou-se fundamentação teórica em diversos autores, além da realização de uma pesquisa para que se tivesse uma visão geral dos resultados deste novo modelo de policiamento.

Finalizando, verifica-se a necessidade de mudanças progressivas na mentalidade das corporações policiais militares, para que sejam implantados modelos semelhantes ao da Polícia Militar do Espírito Santo, sob pena de prosseguirmos no curso da história com a triste constatação de que hoje o cidadão através do Estado, investe cada vez mais na sua própria insegurança.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA POLÍCIA

Uma das características que distingue um Estado politicamente organizado é a existência da Instituição Policial no seu quadro institucional.

Segundo Nicolau (1993), a polícia, como instituição, existe desde a antigüidade, com a função de manter a ordem pública e acionar as disposições legais para a prevenção e investigação dos crimes. Também como órgão preventivo e defensivo, é utilizado para manter o Estado político e social vigente.

Em determinados regimes políticos, a polícia exerce também a função de defesa do Estado contra a subversão. Essa função sempre representa um risco, pois acaba se transformando numa arma de exceção e autoritarismo.

A legislação de diferentes países prevê certa limitação do poder da polícia, objetivando possibilitar determinadas garantias do indivíduo contra a inevitável opressão exercida pelo sistema policial. Mas em determinados Estados ditatoriais, mesmo nesse final de século, o poder da polícia atingiu o ápice, chegando em alguns países a constituir um Estado dentro do Estado.

Chateaubriand in Nicolau afirma que: *"a Polícia, na sua própria*

*natureza é antipática a toda liberdade”.*¹

Segundo a concepção democrática de Polícia, ela só poderá intervir na liberdade do indivíduo, unicamente, quando esta ameaçar ou tiver ameaçada de degenerescência.

Leis egípcias, gregas, romanas e de outros povos da antigüidade já admitiam a existência da Polícia, como organização estabelecida pelas autoridades para manter a tranqüilidade do Estado e zelar pela segurança dos cidadãos. Em Roma, foi somente no reinado de Augusto que a Polícia tornou-se uma instituição especial da cidade. Após a queda do Império Romano, desapareceram os traços de uma Polícia legalmente organizada e predeterminada, ressurgindo posteriormente na Legislação de Carlos Magno.

O que caracterizou essa instituição foi a organização aperfeiçoada e bastante minuciosa para a época. Após a morte do imperador, o período de desorganização que se instalou em Roma, acabou por anular aquela organização.

Com o estabelecimento dos normandos na França, foi introduzido no país um sistema repressivo e altamente organizado. O mesmo serviu de base no Código Policial estabelecido por Guilherme, o Conquistador, na Inglaterra.

Há que se considerar, segundo Nicolau, que :

*antes da conquista Normanda havia naquele país um sistema de responsabilidade coletiva, segundo o qual cada dez pessoas eram responsáveis pelo comportamento do grupo .*²

¹ NICOLAU, José Eurípedes P. Policiamento comunitário em Goiás. É uma solução? Goiânia: Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, 1993. p. 6. Monografia. Mimco.

² NICOLAU, *ibid.*, p. 7

Este fato já demonstrava uma efetiva interação entre os membros da comunidade.

Nos diferentes tipos de Estados que se seguiram na história, houve variadas modalidades de organização policial. É necessário considerar-se que, embora existissem desde a antigüidade instituições policiais, no sentido que se atribui modernamente, utilizava-se o termo para indicar também a ordenação da cidade e do Estado.

Tal concepção manteve-se durante a Idade Média e somente no século XV começou-se a pensar numa polícia como instituição destinada a zelar pela ordem e pela segurança pública.

Como o que caracterizava a época, era a concentração de poderes nas mãos do soberano, o mesmo tinha autoridade máxima em todas questões, sem qualquer controle dos tribunais. Os séculos seguintes foram marcados por uma ampliação cada vez maior do poder da Polícia.

A base da estrutura militar do Brasil-Colônia foram as Milícias e, paralelamente, a organização das Ordenanças que eram representadas pelo exército invisível dos senhores de engenho, que acumulavam a autoridade territorial, o poder econômico e o poder de polícia.

Com o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, chegaram à Bahia os primeiros seiscentos soldados portugueses, marcando o início da História Militar do Brasil. A primeira força militar criada no Brasil foi a

de Mem de Sá e Estácio de Sá, para a expulsão dos Franceses.

A polícia urbana, originou-se com a criação do serviço gratuito de policiamento, exercido pelos moradores, organizados por quadras e quarteirões, controlados, inicialmente, pelos alcaides e, depois, pelos juizes da capitania. A execução dessas normas deu-se através da correição do servidor-geral Luis Nogueira, em 1626.

Com agravamento da ordem em Minas Gerais, em consequência do aumento da população, o então governador criou um terço (que era constituído de 500 soldados e oficiais) divididos em duas companhias pagas, para efetuar o policiamento nas zonas de mineração, em 1710.

Com o crescimento dos vilarejos e surgimento de novos povoados, o terço foi reformulado criando-se então as Companhias de Dragões, conforme ato do poder real. Foram esses dragões que forneceram os primeiros alferes para a Casa do Trem, dando origem, posteriormente, ao Primeiro Regimento de Cavalaria de Guarda.

Com a chegada da Família Real, criou-se por decreto em 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, unidade de cuja evolução resultou a atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de Leis, Decretos e Constituições, essa polícia foi se organizando, estruturando e formando a corporação militar que existe, atualmente, nos Estados do Brasil.

O Decreto-lei nº 317, de março de 1967, reorganizou as Polícias e os

Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, ligando-as ao Exército, através da criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares.

A Constituição Brasileira, datada de 05 de outubro de 1988, na Seção III, artigo 42, preconiza:

*são servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e servidores militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, os integrantes de suas polícias militares e de seus corpos de bombeiros militares.*³

Designadas para a manutenção da ordem e segurança interna, as polícias militares são Forças Auxiliares, reserva do Exército.

1.1 - Principais Mudanças da Polícia Brasileira na sua História

Após a independência, a principal mudança na polícia foi a sua transformação em corporação remunerada, permanente e profissional. Contrariamente, as forças do período colonial, onde todos os homens livres e válidos (exceto alguns funcionários públicos e o clero), pertenciam ao quadro de polícia sem remuneração.

Durante boa parte do Império, existiu o tipo anterior de polícia representada pela Guarda Nacional. Posteriormente, os guardas nacionais foram desaparecendo e os corpos permanentes de polícia foram se consolidando. Os

³ CONGRESSO NACIONAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988, p. 35.

guardas permanentes ou municipais eram funcionários públicos, a quem as elites econômicas e sociais do Império repassavam a tarefa policial.

As atividades desses novos policiais eram diferentes dos anteriores. Deixaram de ser capitães do mato ou feitores e passaram a policiar os trabalhadores imigrantes. A repressão política foi pouco marcante nessa nova polícia, em virtude da consolidação do Império. Foi acentuada a tarefa de combater os crimes contra o patrimônio, crescentes em conseqüência do desenvolvimento das cidades. Essa nova polícia nasceu numa fase em que as idéias humanistas conseguiram banir das leis, o suplício e a pena de morte.

Essa polícia herdou das instituições anteriores o caráter militar, tomando como exemplo o exército, permanente e profissional. Dele, imitou o quartel, a farda, a divisão em infantaria e cavalaria, os postos e graduações organizados hierarquicamente e a disciplina. Imitou a dualidade Oficiais e Praças. Os Oficiais deveriam ser provenientes das classes economicamente superiores e as Praças eram recrutadas na população pobre, com a missão de conter o povo pobre para evitar ou reprimir suas manifestações de revolta.

Paralelamente à corporação militar de polícia, o Império criou a polícia civil, constituindo-se num complemento do aparato civil que foi adquirindo a Justiça. Cabe salientar, que no Período Colonial o proprietário de terras e de escravos, exercia ao mesmo tempo, as funções de capitão-mor e juiz.

No Império, simultaneamente ao processo em que a polícia foi sendo

constituída de funcionários públicos militares, também a função judiciária passou a ser exercida por funcionários civis. Para auxiliá-los no registro e na investigação criminal foi se formando uma rede de policiais civis, que, como instituição remunerada e permanente, só veio a se consolidar no início da República.

Após a proclamação da República, os vários tipos de polícias foram unificados em cada Estado, formando uma única Força Pública, mesmo com denominação diferente, como Brigada Militar no Rio Grande do Sul. A grande novidade foi que esses corpos únicos se transformaram em exércitos regionais, inclusive acrescentando à sua estrutura a artilharia, tentando implantar a aviação. Para suprir as funções de polícias, que deixavam de ser cumpridas por este novo exército de caráter estadual, é que foi necessária a criação das guardas civis e das guardas municipais.

Outra mudança importante no início do século foi a organização da polícia civil, como corpo permanente e remunerado.

Durante a ditadura de Vargas, para que o poder militar ficasse centralizado no governo federal, os exércitos regionais foram desarticulados de tal modo, que as forças públicas militares estaduais se restringiram às tarefas policiais. Na prática, a era Vargas transformou as polícias civis em polícia política de seu regime.

O período entre 1945 e 1964, foi de retorno das duas polícias às suas

atividades originais. A polícia civil foi perdendo seu caráter anterior de polícia política, sendo delegada as atividades dessa natureza aos DOPS (Divisão de Ordem Política e Social). A polícia militar retornou progressivamente às tarefas policiais comuns.

Já no regime de governo do período de 1964 a 1985, retoma as duas polícias em tarefas de repressão política, agora sob o comando de órgãos das Forças Armadas, gerando organismos mistos de polícia política como o DOI-CODI e OBAN. Constata-se que o regime criou dentro das polícias estaduais unidades específicas de repressão política, generalizou nas duas polícias a orientação de combater os opositores do regime, cassando no seu interior os membros que tivessem alguma relação com a oposição ao regime de exceção instalado no país.

Após uma década do novo processo de redemocratização, verifica-se que a polícia, atualmente, guarda marcas do período autoritário. As tarefas de repressão política foram anuladas, mas, a estrutura, a orientação e os costumes de nossas polícias ainda são predominantemente originários do período militar.

Inegavelmente, a Constituição Brasileira exalta os direitos dos cidadãos contra o arbítrio. Mas, na prática, apesar de tentativas nesse sentido de alguns dirigentes estaduais, a polícia brasileira continua a ser dirigida pelo modelo do período autoritário.



1.2 - O início da Polícia Militar no Espírito Santo

Segundo Demoner (1985), o primeiro militar do Espírito Santo foi o

donatário da Capitania, Vasco Fernandes Coutinho, que em 23 de maio de 1535 iniciou a colonização da Capitania do Espírito Santo. Vasco Coutinho era um homem de grande prestígio e dotes militares, havendo combatido na África e na Ásia.

Luis Serafim Derenzi, in Demoner afirma: “*Coutinho ao aceitar a Capitania como prêmio aos serviços prestados dispôs-se a povoá-la por amor aos seus bríos militares*”.⁴

No entanto, no Espírito Santo, a empreitada de Coutinho não seria enfrentar um exército como na África e na Ásia, mas uma terra inóspita, povoada por índios botocudos traiçoeiros e goitacazes invencíveis, o que dificultou substancialmente o início da colonização.

Durante anos, a mudança do sistema administrativo, as substituições periódicas das autoridades, novos tributos e a péssima qualidade de alguns administradores levaram a cobiça aos piratas e aos caçadores de ouro. Todos estes problemas internos e mais os problemas vividos pela Metrópole (guerra com a Holanda), propiciaram acautelamento e novas medidas de defesa.

A partir de 1726, Vitória torna-se uma cidade fortificada. Nesse período, afirma Demoner:

*O contingente militar aparatoso. Uma Companhia de Infantaria, paga, com 28 soldados; doze Companhias de Ordenanças, uma companhia de Artilharia com 36 soldados, mas sem oficial entendido em armamentos.*⁵

Os dados demonstram que a vida dos soldados era difícil: recebiam

⁴ DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo - 1835 - 1935*. Vitória: s. c., 1985, p.33.

⁵ DEMONER, *ibid.*, p.36

\$640 réis por mês, eram pobres, mal vestidos e obrigados a comprar os uniformes nos armazéns da Bahia. Mas à proporção que aumentava as explorações nas minas, aumentava o medo da Metrópole em ver a Capitania invadida por esquadras estrangeiras. Então por determinação da Carta Régia de 22 de março de 1766, foi criado, na Capitania, um Regimento de Infantaria de Milícias e duas Companhias de Cavalaria.

Com a mesma preocupação em 1767, o Marquês do Lavradio, Capitão General e Governador da Bahia, enviou uma Companhia de Infantaria que unida ao Regimento de Infantes que havia na Capitania, formou uma Companhia de sessenta Infantes. E em 1776 as fortificações são novamente revistas pelo engenheiro militar, o Sargento-Mor José Antônio Caldas.

As inquietações acumuladas fazem com que no final do século XVIII, o militarismo atingisse verdadeiro apogeu bélico. No governo do Capitão-mor, Coronel Ignácio João Monjardim, que era Comandante das Fortificações de Vitória, havia na Capitania as seguintes corporações:

- Um Regimento de Infantaria Auxiliar, composto de sete Companhias, das quais cinco em Vitória;
- Um Esquadrão de Cavalaria com 100 homens;
- Uma Companhia de Artilharia com 61 homens;
- Três Terços de Ordenanças com 1185 homens;
- Uma Companhia de Homens Pretos, com 97 Praças.

Assim, estava constituído o contingente militar da Capitania, um verdadeiro exército de 1588 soldados, sem contar os Oficiais. Número bastante considerável, se analisarmos que a população de Vitória em 1790 era de 7225 habitantes, dos quais, 4890 eram escravos.

Otimizando as condições daqueles que garantiam a segurança, em 1798, foi fundado na Vila de Vitória um Hospital Militar, que mais tarde serviria de quartel dos batalhões de Linha e do Corpo de Polícia.

Tempos após, em 1800, o Governador Antônio Pires da Silva Pontes Paes Leme e Camargo, criou o Corpo de Pedestres, com um efetivo de 300 Praças. Este contingente destinava-se, principalmente, à guarnição do Rio Doce. Para tanto, foi criado ao longo do rio, vários quartéis, cada qual com o seu destacamento, cujo objetivo era defender os viajantes dos ataques dos selvagens e fiscalizar a cobrança de tributos.

Os constantes ataques indígenas e a destruição da defesa do Rio Doce deram origem a total militarização da Capitania. Prova disso é o Decreto publicado em 18-08-1810, estabelecendo a criação, de um Batalhão de Artilharia Miliciana, o qual devidamente organizado, recebeu um parque de Campanha, que era a arma mais temida pelos índios. Para cumprir as metas propostas e com a finalidade de se poder empregar essa milícia com a conveniente prontidão, ficou a Capitania do Espírito Santo, de acordo com o Decreto de 13 de setembro de 1810, quanto à parte militar, inteiramente desvinculada do Governo da Bahia.

A insatisfação com as atitudes da Corte Portuguesa acarretou diversas rebeliões das tropas, até que por Lei das Cortes de Lisboa em 29 de setembro de 1821, as Províncias ficaram sujeitas unicamente ao Governo Geral e com a Administração Civil e Política, sem relação com o Militar, que seria entregue a um Comandante das Armas.

No período regencial foi criada por força da abdicação de D. Pedro I, a Guarda Nacional. Essa nova força militar, versão atualizada das extintas Milícias e Ordenanças do período colonial, correspondia a solução de emergência, idealizada pelo Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, cujo objetivo era fazer frente à subversão que pairava nos quartéis.

A Guarda Nacional era uma Corporação de índole estável e conservadora, que serviu de apoio ao segundo Reinado, substituída pelo Exército de Linha e Polícia Provincial. Essa instituição permaneceu até à primeira guerra mundial (1914), quando foi absorvida como segunda linha do Exército no Governo de Wenceslau Braz, por ter-se tornado inoperante, decorativa e desviada de suas finalidades.

A Força Policial teve em 1892 sua denominação alterada para Corpo de Segurança, denominação conservada até o ano de 1898, quando o Congresso Legislativo deu-lhe nova organização com o nome de Corpo de Polícia.

A partir de então a Força Policial, recebeu as seguintes denominações: Corpo Militar de Polícia (1908), Regimento Policial Militar (1933), Polícia Militar (1934), Força Policial Militar (1940) e finalmente Polícia Militar (1946).

2. POLÍCIA COMUNITÁRIA

O Estado tem obrigatoriedade de proporcionar segurança, indiscriminadamente, a todo e qualquer cidadão. Para que essa segurança seja mantida, o Estado faz uso das leis para que seja estabelecida a ordem na comunidade. Mas o Estado já percebe a utilidade da cooperação e o compartilhamento das responsabilidades com os segmentos da população.

Com este pensar, surge o programa comunitário voltado para a segurança pública, a polícia comunitária, que é uma modalidade de policiamento simples, em que, às vezes, sua função se restringe a resolver problemas específicos, prestar serviços de uma forma ágil, qualificada e promover maior interação entre Polícia e Comunidade.

A parceria comunidade-polícia é uma forma de prevenir variados delitos e, ao mesmo tempo, fortalecer a paz, objetivando a manutenção da ordem pública, atribuindo à polícia um papel de destaque.

Desta forma, o que deve determinar a área de competência do Policiamento Comunitário é o tamanho e a densidade populacional.

É fundamental que o policial não seja presença esporádica nos diversos locais, fazendo-se necessária sua permanência constante, que passe a ser visto como membro da comunidade, onde juntos procurariam soluções para os problemas de ordem social, maior conscientização entre policiais e moradores e, conseqüentemente, maior proteção entre todos.

Num país em que o dualismo social é o maior do mundo, embora seja, sociedade moderna e industrial (a décima economia do mundo), convive no mesmo espaço com uma sociedade miserável, comparável às mais atrasadas sociedades afro-asiáticas, não se poderia esperar um comportamento harmonioso dos grupos sociais. É, pois, necessário um equilíbrio entre Polícia e Comunidade, na proporção exata de suas necessidades.

2.1 - Origem e desenvolvimento

Segundo Silva (1990), da mesma forma que as idéias de motorização da Polícia e do isolamento vieram dos Estados Unidos, é de lá também que surgem as idéias do relacionamento polícia - povo e da chamada polícia comunitária.

Nos últimos anos, centenas de policiais brasileiros têm visitado, além dos Estados Unidos, organizações policiais de vários países europeus, latino-americanos e o Japão, conhecendo-lhes os métodos e técnicas e as formas de relacionamento com a comunidade.

Há muito, as autoridades americanas estavam alarmadas com o fato de tudo que haviam imaginado com relação à impessoalidade do policial e a utilização do automóvel, não estivesse produzindo os resultados esperados. Sem abrir mão dos dogmas da ideologia dominante na década, são desenvolvidos alguns projetos que buscam contrabalançar o isolamento da polícia e promover a sua reaproximação com o público.

As autoridades americanas não conseguiram entender o fato de estarem investindo milhões e milhões de dólares na contratação de policiais, viaturas, armamento e equipamento sofisticado e, ainda assim, não estarem conseguindo conter a escalada da criminalidade e da violência. E, o que é pior, o despreço da população pela polícia e a conseqüente falta de cooperação. E, como forma de amenizar o problema, recomendou-se o desenvolvimento de atividades de relações públicas e a incorporação de minorias no quadro da polícia. O problema é que não se pensava em mudar os métodos de atualização da polícia; insistia-se em que a população fosse convencida a entender e aceitar métodos técnicos, necessários ao bem da coletividade e único meio de conter a criminalidade e a violência.

Se era preciso melhorar o relacionamento da polícia com a comunidade, acreditava-se que bastava incentivar os serviços de relações públicas. Se esse objetivo não era alcançado, concluía-se que não se tinha um bom programa de relações públicas. Difundia-se que todos os policiais deveriam

conhecer e praticar relações públicas no seu dia-a-dia. Pensava-se que bastariam boas ações de relações públicas e melhorar-se-ia a imagem da polícia. Contudo, ao buscarem a incorporação de minorias e mulheres nos quadros da polícia para facilitar a aproximação com a população, não atinaram para a imperiosidade de mudança dos métodos de trabalho.

Só se rompeu o ranço da velha ideologia, com algumas iniciativas-piloto, de volta aos antigos padrões do policial, no final dos anos sessenta. A partir desse momento, surgiu um novo complicador que é a proliferação dos grandes edifícios e dos conjuntos habitacionais das cidades, o que exigiu mudanças estruturais profundas. Por todas essas ações é nos Estados Unidos que o conceito de polícia comunitária se cristalizou, e é de onde se recebeu a principal influência quando se pretendeu desenvolver a polícia comunitária.

Se for verdadeira a premissa de que a polícia comunitária tem grande futuro em sociedades onde, tradicionalmente, exista espírito comunitário, parece que não se vislumbram grandes horizontes para a polícia comunitária no Brasil, exceto em regiões restritas de alguns Estados da Federação. Nos grandes centros, particularmente nas zonas urbanas, múltiplos fatores tem contribuído para o insucesso de algumas iniciativas louváveis, que se restringem à boa intenção e discurso.

No Brasil, atualmente, diante da violência e do medo, e após grande investimento na repressão, utilizando inclusive as Forças Armadas para circular à

cata de transgressores da lei, estão as autoridades na busca de caminhos menos inconseqüentes.

Pode-se dizer que o primeiro grande esforço calcado em um programa estruturado e formulado objetivamente, segundo uma concepção diferente da tradicional e incorporando princípios de uma polícia voltada para as noções de serviço público e de proteção à comunidade, foi tentado no Rio de Janeiro pela Polícia Militar, no período de 1984 à 1987, e retomado a partir de 1991.

Na decisão do Comando Geral, daquele Estado, a época está refletida no objetivo do Plano Diretor da Corporação que considerava importante,

Promover, adaptando a estrutura policial-militar às exigências da segurança pública, o ajustamento comportamental da organização, dentro de uma nova concepção de ordem pública, na qual a colaboração e a integração comunitária sejam os novos e importantes referenciais, o que implica um novo policial e uma nova polícia.⁶

É desnecessário relatar os problemas decorrentes do choque dessas idéias com a cultura organizacional então, existente. E não só o choque interno, mas também o choque externo, curiosamente com a própria sociedade (particularmente a classe média). Reação natural, numa sociedade onde os policiais-militares estavam, e ainda estão, condicionados ao emprego da polícia como um instrumento de mera repressão e de combate. De combate concreto (homens e mulheres policiais, viaturas, armas etc.) a um inimigo abstrato. Pois

⁶ RIO DE JANEIRO. Plano Diretor da PMERJ - Rio de Janeiro: PMERJ. 1991, p. 15.

quem é o criminoso? Onde está? Como é? Decididamente, a tentativa de responder a estas perguntas só acarretará a cristalização de preconceitos calcados em estereótipos. E a resposta, embora não explicitada em nenhum manual das escolas policiais, e jamais admitida por qualquer policial, vai sempre na mesma direção: os criminosos são os pobres, estão nas favelas e periferia de baixa renda; são pessoas mal vestidas, são negros e, também os nordestinos.

Em cidades em que a quantidade de pobres é desproporcionalmente gigantesca, em relação a ricos e médios, não precisa muito esforço de raciocínio para concluir sobre os resultados dessa filosofia repressiva tradicional.

Foi nessa estrutura que se tentou a introdução da nova filosofia na Polícia Militar do Rio de Janeiro, com uma contestação ferrenha de Oficiais e Praças em geral, inclusive daqueles que admitiam concordar com a idéia. A polícia teria que se conscientizar de que seu relacionamento com a comunidade deveria ser de uma maneira fraterna, que deveria protegê-la e não combatê-la. O que se percebeu é que a cabeça dos policiais não estava preparada para tantas mudanças. E o que era pior, é que os meios de comunicação, as elites e a classe média condenaram e continuam condenando essa mudança, que para elas seria mera condescendência com os bandidos.

Atualmente, fala-se em polícia comunitária com menos preconceito. Mas, o que a elite e a classe média entendem por polícia comunitária não corresponde aos princípios gerais dessa filosofia. Aprovam a polícia comunitária,

desde que os recursos da polícia sejam canalizados para os bairros onde residem e têm os seus negócios; e polícia comunitária, no sentido amplo do conceito, não se restringe a isso.

Polícia Comunitária não é concentração de efetivos policiais numa determinada área. Polícia Comunitária não é proteção de áreas turísticas nem a massificação de efetivos em áreas comerciais.

A filosofia da polícia comunitária não impede que essas formas de policiamento também sejam adotadas, mas se forem rotuladas com o nome de polícia comunitária, o conceito terá que ser reformulado, pois passará a significar algo totalmente diferente do que tem sido universalmente aceito como tal. A propósito da polícia comunitária, muito mais importante do que saber o que o conceito significa, será saber o que **não** é polícia comunitária.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux,

A polícia comunitária não é uma tática, uma técnica ou um programa; não é relações públicas; não é condescendente com o crime; não é espalhafatosa; não é elitista; não é concebida para favorecer os ricos e poderosos; não é uma fórmula mágica e rápida ou uma panacéia.⁷

Apesar de tudo, alguns avanços têm sido observados, não só com relação à difusão da filosofia (modificação de currículos e instrução da tropa) como incorporando-se a filosofia nos Planos Diretores de Comando.

⁷ TROJANOWICZ, Robert & BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento comunitário: como começar. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushánsky. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994

2.2 - Evolução da Polícia Comunitária para Polícia Interativa

O policiamento comunitário oferece à comunidade um serviço policial descentralizado e personalizado. Esse tipo de policiamento reconhece que a polícia não pode impôr ordem à comunidade de fora para dentro, mas que as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia como um recurso a ser utilizado para ajudá-las a resolver os problemas atuais da comunidade. Não é uma tática a ser aplicada e depois abandonada, e sim uma nova filosofia e uma estratégia organizacional que fornece a flexibilidade de atender as necessidades e prioridades locais, à proporção que elas mudam através do tempo.

Definir estratégias eficazes para atuação de um policiamento ostensivo, tem sido um dos grandes desafios dos Policiais Militares nesta virada do século.

É comum atribuir às Polícias Militares a crescente e contínua sensação de insegurança expressa pela população. Urge uma melhoria na imagem das Polícias Militares. O controle da criminalidade, cujas causas são sobretudo de origem sócio-econômica, exige soluções que ultrapassem a capacidade das Polícias Militares, quando estas não embasam suas ações operacionais pela solidariedade das comunidades.

É necessário que as comunidades queiram e disponham de proteção contra a expansão da delinqüência, isso sem prejudicar, de forma alguma, as ações voltadas para o cidadão que transgride a lei. A partir daí, em resposta aos anseios da comunidade surge o POP-Com (Policiamento Ostensivo Produtivo-

Comunitário), Polícia Interativa.

Segundo Costa, a Polícia Interativa deixa de ser:

A Polícia Militar do aconteceu, passando a direcionar suas ações para ser a Polícia Militar do pode acontecer. A interação da Polícia Militar e Comunidades permite que essas tomem consciência de que o crime não é problema só da polícia, mas também de cada cidadão.⁸

Sendo a segurança pública definida como garantia da ordem pública e essa como sendo a situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, precisa ser preservada pelo Estado, mas imbuído no propósito de direito e responsabilidade de todos.

Há que se considerar que o modelo secular de policiamento ostensivo, com a mínima participação da comunidade está desmoronado e não reflete os anseios dos cidadãos. Conhecer as características da função da Polícia, bem como o ambiente externo de sua atuação, constitui a condição primeira para a sedimentação da Polícia Interativa.

Costa (ibid.) enfatiza

A Polícia Militar, como guardiã da cidadania, imputa-se a responsabilidade pela busca de um modelo novo de Policiamento Ostensivo, onde os elementos produtividade e qualidade se conjuguem e sejam traduzidos em benefícios para as Comunidades, bem como para a Instituição Miliciana.⁹

Desta forma, está sendo concebido o POP-Com (Polícia Interativa)

⁸ COSTA, Júlio César. Proposta de diretrizes básicas para a implantação e implementação do POP-Com. Vitória: PMES, 1995. Apostila.

⁹ COSTA, ibid.

como um novo tipo de policiamento ostensivo, pois objetiva obter produtividade e qualidade no serviço de polícia ostensiva prestado à sociedade, trazendo como inovação a possibilidade real de se comparar às ações ostensivas do Policial Militar no setor onde atua, pontuando-as e controlando de maneira criteriosa o seu desenvolvimento, através da informática.

A Polícia Interativa não é uma revolução, e sim uma evolução dentro do sistema policial.

3. HISTÓRICO DA POLÍCIA INTERATIVA

A gênese da Polícia Interativa ocorreu na cidade de Guaçuí / ES, dando início a um novo processo de inter-relacionamento entre a polícia e a sociedade local. O conhecido e experimentado serviço de rádio-patrolhamento, aos poucos, começa a ser suplementado pela ação ostensiva de policiais, que em duplas iniciam um novo tipo de policiamento produtivo. Era o policiamento a pé, conhecido entre nós de “Cosme e Damião”, sendo que o mesmo evoluiu dentro dos critérios de qualidade e produtividade.

Com características humanizantes, na década de 80, na cidade de Nova York, uma nova mentalidade nos serviços de policiamento começa a ser implantada, através do Chefe de Polícia de Nova York / USA, Lee P. Brown: era a polícia comunitária. Dois graves problemas estimularam o Sr. Brown a pensar numa mudança no modelo de polícia vigente. O primeiro problema era o crime e o segundo a estrutura burocrática que, tanto quanto o crime, emperravam a eficácia policial.

Há que se considerar que era preciso coragem para mudar. Brown prioriza o processo de mudança ao afirmar: *“a minha filosofia tem sido sempre,*

começar a mudança da minha equipe”,¹⁰ ou seja, a mentalidade ultrapassada teria que ser substituída por um novo modelo de Polícia, o tradicional e o arcaico seria substituído por algo moderno, funcional e desejado por todos, que era o aumento da sensação de segurança, que aconteceria através do Policiamento Comunitário que serviu de base para a Polícia Interativa. Assim, a mentalidade de uma polícia mais próxima do cidadão, passa a alcançar outros países, entre os quais o Brasil.

O Cel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, interessou-se pelo modelo americano, propagando essa nova opção no campo da Polícia Ostensiva às demais Corporações do país.

A Polícia Militar do Espírito Santo na busca de meios para combater a criminalidade no Estado criou a Polícia Interativa, executando o seu serviço operacional através do Policiamento Ostensivo Produtivo Comunitário (POP-Com), na busca de uma interação entre a comunidade e os policiais militares, bem como a mudança para uma Polícia Cidadã, cujo trabalho tem proporcionado à Corporação e à Comunidade excelentes resultados.

A tônica da Polícia Interativa é a interação da Comunidade com a Polícia e vice-versa, onde a sociedade também contribui para a sua própria segurança externando seus desejos, com uma Polícia pronta a ouvir e procurar a melhor solução, garantindo à Comunidade uma segurança mais efetiva, participativa e de respeito mútuo.

¹⁰ BROWN, Lcc P. in A PMES Rumo ao 3º Milênio. PMES, ES, 1995.

Conhecer as características da missão da Polícia Militar, bem como o universo comunitário onde atua, constitui a primeira condição para a fundamentação do Policiamento Ostensivo Produtivo Comunitário (POP-Com). Soma-se aí uma nova forma de pensar na segurança pública baseada na crença de que os problemas sociais, as causas da criminalidade, em síntese terão, cada vez mais, soluções efetivas, na medida em que haja a participação comunitária, na sua identificação, análise, proposta e implementação de ações conjuntas para a busca de soluções. Para isso, quando possível, o militar deverá prestar seus serviços junto a uma mesma comunidade, a fim de criar um relacionamento mais estreito, bem como fazê-lo mais ostensivo e de fácil acesso. Conseqüentemente, a Polícia Militar, tornar-se-á uma instituição ainda mais respeitada, visto que, na melhoria da qualidade de seus serviços, os beneficiados serão os seus principais clientes – as Comunidades.

Segundo Costa, as comunidades não podem ficar sem respostas. Suas petições, no que concernem à segurança pública, devem ter atendimento ágil e adequado pelos órgãos estatais de segurança e em particular pela Polícia Militar. A intensificação do relacionamento com as comunidades deve alcançar prioridade nos diversos segmentos da milícia, objetivando captar suas necessidades, aspirações, sugestões e críticas, bem como criar condições externas para o controle dos serviços prestados pela PM.

A Polícia Militar há de se abrir ainda mais, convocando os líderes

comunitários para participarem como assessores do planejamento tático de emprego da tropa, proporcionando desse modo, a democratização da política de segurança, Segurança Pública Estadual, no que se referir à Polícia Militar. Acreditamos que a Polícia Interativa é uma inovação que poderá transformar o sistema atual de controle da criminalidade no País.

3.1 - Implantação da Polícia Interativa no Espírito Santo

A Polícia Interativa no Espírito Santo teve início quando o então Governador do Estado, Senador Gérson Camata, assina o **Decreto 2171**, datado de 03 de novembro de 1985, autorizando a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança. Era o marco inicial da Polícia Interativa, inicialmente denominada Polícia Comunitária.

A Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), através da Diretriz 02/85 – 3ª EMG, cria o programa Interação Comunitária, denominado de PACTO e que ainda encontra-se em pleno vigor na Corporação.

Em 1987, por intermédio do Presidente da Fundação Pedroso Horta, Dr. Luis Ferraz Moulin, o Governador do Estado que seria empossado, Dr. Max de Freitas Mauro e o Cel PM Luiz Sérgio Aurich, indicado para Secretário Chefe da Casa Militar passam a discutir o “*Sistema de Policiamento Modular*”, que seria a gênese do Policiamento Comunitário e a base legal para implantação das mudanças que deveriam ocorrer nos serviços prestados à sociedade capixaba pela PMES.

Nas cidades de Alegre e Guaçuí, situadas ao sul e sudoeste do Estado, respectivamente, a PMES em 1988, inicia o processo de Policiamento Comunitário, quando o então Comandante do 3º BPM, Cel PM Carlos Magno da Paz Nogueira, oportuniza na cidade de Alegre a criação do 1º Conselho Comunitário de Segurança Pública do Espírito Santo, que não chegou a funcionar plenamente, mas na cidade de Guaçuí era ativado o policiamento a pé, através de duplas de PMs, nos bairros da cidade. Conseqüentemente, a cidade recebe pela primeira vez, um contingente de novos militares, que para lá foram transferidos para iniciarem o processo de interação com a sociedade civil, através do Policiamento Comunitário.

A Constituição Estadual em seu artigo 124, parágrafo único e artigo 125, determina:

Parágrafo Único – Fica assegurado, na forma da lei, o caráter democrático na formulação da política e no controle das ações de segurança pública do Estado, com a participação da sociedade civil.

Artigo 125 – Os municípios poderão instituir guardas municipais destinadas à proteção dos seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei municipal.¹¹

Percebe-se que nesta Constituição já surge uma abertura para a participação comunitária da sociedade civil e permite que os municípios encontrem soluções viáveis para garantir aos cidadãos o livre exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas.

¹¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Constituição do Estado do Espírito Santo. Vitória, ES, 1989, p. 59.

Baseado nos princípios constitucionais, em julho de 1991, o então Primeiro Tenente, atualmente, Capitão Júlio César Costa, mentor da Polícia Interativa, é destacado para o 3º Pelotão da 2ª Companhia, em Guaçuí, com objetivo específico de implantar o POP-Com. Após quatro meses, por insuficiência de Oficiais na sede do 3º BPM, o Capitão Júlio César precisou retornar, mas Guaçuí recebeu a semente do projeto mais inovador no campo da Polícia Ostensiva no Espírito Santo, que começaria a frutificar quatro anos depois.

Após exercer a função de Assessor de Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o idealizador do POP-Com, Capitão Júlio César Costa, retorna ao Comando da 2ª Cia /3º BPM, sediada em Guaçuí, onde começa o processo de interatividade entre a PM, Comunidades, Poderes Públicos e Clubes de Serviços, visando a implantação de uma nova mentalidade de polícia ostensiva.

O Dr. Luiz Ferraz Moulin (Prefeito de Guaçuí), assim se posicionou sobre essa nova polícia: *“A Polícia de Guaçuí, o exemplo de uma Polícia Cidadã, a exportar-se para todo o País”*.¹²

Realmente, tal expectativa está sendo atingida, haja vista o interesse da PMES e de Policiais Militares de outros Estados e autoridades políticas que, após visitarem a 2ª Cia / 3º BPM se curvaram à mentalidade da Polícia Interativa. Tal interesse repercutiu também, através de variados órgãos da imprensa estadual e

¹² MOULIN, Luiz Ferraz. I Fórum Nacional Sobre Polícia Interativa. Guaçuí: s.c.. 1995.

nacional, que em suas diversas reportagens divulgaram a grande evolução em termo de policiamento – Polícia Interativa (Anexo I).

Durante a realização do I Seminário em Comemoração aos 25 Anos da Polícia Ostensiva, em 20 de outubro de 1994, patrocinado pelo Comando Geral da PMES, o Capitão Júlio César Costa representando o 3º BPM apresentou o projeto sobre o POP-Com, que foi recebido com entusiasmo pelos Oficiais de toda PMES.

Esse projeto tinha por objetivo transformar o velho modelo de policiamento e de forma pioneira permitiria à PMES, inovar no País por intermédio da informatização, através da introdução da busca da qualidade e da produtividade, a aferição e acompanhamento de todo o processo produtivo na prestação dos serviços de policiamento ostensivo.

No final de agosto de 1995, Guaçuí recebe em visita oficial o Exmo. Sr. Ministro da Justiça Nelson Jobim, para conhecer e estudar o modelo de Polícia Interativa, com o objetivo de propagar a idéia entre as demais polícias do Brasil.

Era dada a largada para a implantação definitiva do mais moderno tipo de policiamento no País, constando inclusive hoje do PNDH / MJ (Plano Nacional dos Direitos Humanos / Ministério da Justiça).

3.2 - Guaçuí: Marco Inicial da Polícia Interativa no Brasil

O município de Guaçuí localiza-se no sudoeste do Espírito Santo, a

223 km da Capital, com um área de 463,7 Km², equivale a 1,01% do território estadual e situa-se a uma altitude de 590 metros, com uma população de 20.000 habitantes e um efetivo militar de 58 homens.

O início da colonização ocorreu por volta de 1839, sendo transformado em território político administrativo autônomo em 25 de dezembro de 1928 e teve sua instalação em 10 de janeiro de 1929. Foi desmembrado do município de Alegre e obteve foro de cidade em 30 de dezembro de 1929.

Segundo o jornal "*A Gazeta*" de 10 de maio de 1995, a Polícia Interativa é uma experiência inédita no País e foi implantada no Município de Guaçuí em 1991 pelo Capitão Júlio César Costa. Nesse sistema, as ações da Polícia são ditadas por um Conselho Comunitário, integrado por representantes de vários segmentos da sociedade que, inclusive, administra o orçamento destinado ao setor de Segurança Pública.

Por iniciativa da Loja Maçônica Liberdade e Luz de Guaçuí, dos representantes da Subseção da OAB, do Rotary Clube e da Associação Comercial, em dezembro de 1994 é criada a Comissão de Estudos para formalização do Conselho Interativo de Segurança Pública (CISEP), sendo empossado pelo Cel Comandante-Geral da PMES, em solenidade na Câmara Municipal de Guaçuí, por ocasião do I Encontro Estadual sobre Polícia Interativa, em 26 de janeiro de 1995.

Após a formalização do CISEP, Guaçuí passa a ser a primeira cidade

capixaba a cumprir o Decreto Estadual, que autorizava a criação de Conselhos Comunitários de Segurança, pois desde o seu surgimento, a participação comunitária na formulação das questões locais de segurança pública, trilhou pelo caráter democrático e isento da eclética participação de todos os segmentos da sociedade. Dessa forma, a criação e efetivação do Fundo de Finanças Interativo do CISEP ocorreu pela necessidade de apoio logístico à PMES, na manutenção preventiva / corretiva de sua frota em Guaçuí. Assim, as receitas FFI (Fundo de Finanças Interativo) são advindas dos repasses dos Clubes de Serviços, Maçonaria, Associação Comercial, bem como do Poder Executivo Municipal, além dos sócios interativos

A Polícia Interativa ganha corpo e motivação com a nomeação ao cargo de Comandante Geral da PMES, do Cel PM Alvim José Costalonga, incentivador da mudança de mentalidade na Corporação. Três dias após assumir o Comando Geral, o Cel Alvim, determina a realização, em Guaçuí, do “*I Encontro Estadual sobre Polícia Interativa*”, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Guaçuí, através da 2ª Companhia sediada naquela cidade.

Após a realização desse I Encontro, o atual Governador do Estado Dr. Vitor Buaiz, ao tomar conhecimento do projeto sobre a Polícia Interativa, percebe que o mesmo apresenta inovações, as quais podem mudar a face da segurança pública no Estado, através da participação das comunidades e o adota em sua plataforma de governo como uma meta a ser atingida em sua administração.

Atualmente, todas as Unidades da PMES, obedecendo ao mandato governamental, estão envidando esforços para a implementação do projeto da Polícia Interativa em suas respectivas áreas, nos moldes de Guaçuí / ES.

A Polícia Interativa em Guaçuí está sedimentada na participação da Comunidade, Clubes de Serviços e dos Poderes Públicos Municipais, na formulação, acompanhamento e deliberação das questões locais, na área de Segurança Pública, através do Conselho Interativo de Segurança Pública (CISEP), dinamizando o controle externo das ações da Polícia e, ao mesmo tempo, democratizando as relações entre a Sociedade e o Estado.

Segundo o projeto “A PMES RUMO AO TERCEIRO MILÊNIO”, “*A Polícia Interativa em Guaçuí, não objetiva acabar com o fato criminoso, pois tal premissa, além de falsa, não é factível*”.¹³

Os resultados patentes da experiência de uma nova mentalidade no trato da complicada questão, que envolve a Segurança Pública, mostram-se observáveis com o controle da criminalidade e a queda substancial dos índices de ocorrências policiais.

A participação do Poder Público Municipal é de relevante importância à implantação do POP-Com, pois além de participar do Conselho Interativo de Segurança Pública, a Prefeitura Municipal de Guaçuí contribui diretamente, na manutenção da frota, com combustível e recursos monetários para aparelhamento, como compra de computador, calçamento da 2ª Cia e outros benefícios.

¹³ ESPÍRITO SANTO. Projeto A PMES rumo ao 3º milênio. Vitória: PMES. 1994

A relação da Prefeitura Municipal de Guaçuí com a Polícia Militar, sem interferir nas ações profissionais da Polícia, tem sido desde o início, de estimular a implantação da Polícia Interativa, apoiando politicamente as ações da PMES, colocando a Imprensa Oficial do Município à disposição do Comando da 2ª Cia e contribuindo materialmente com todo o processo. Leis municipais foram elaboradas com finalidades específicas de atenderem às reivindicações do Conselho Interativo de Segurança, transformando-se na estrutura, da parceria pública entre o Poder Executivo municipal, a Câmara Municipal e a Polícia Militar, através da 2ª Cia / 3º BPM, do município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo. Indubitavelmente, as relações institucionais entre os diversos poderes do Estado são vitais para o sucesso da implantação da Polícia Interativa.

Como se viu, a Polícia Militar quer a participação das comunidades no policiamento. A Corporação não pretende apenas obter recursos materiais, mas visa a participação da sociedade na elaboração de uma política para o setor. A experiência desenvolvida em Guaçuí, de acordo com a PM, mostrou resultados satisfatórios, inclusive com a redução de ocorrências policiais em 38,9% em oito meses.

O modelo de Guaçuí está sendo implantado em todos os municípios capixabas e também no Distrito Federal, para que as comunidades sintam-se mais seguras e tranquilas. É indispensável, portanto, que haja disposição das comunidades para apoiar a iniciativa, pois segurança é um assunto de extremo

interesse para todos.

O cidadão comum, por sua vez, deve dar a sua colaboração às autoridades naquilo que for possível, como denunciar atos criminosos, sem se omitir, como costuma acontecer quando essas ações não o atingem diretamente. Diante do quadro atual, o controle da criminalidade não compete, portanto, somente aos setores oficiais, mas exige a participação de todos, para que possa haver uma reversão das condições de vida presentemente, uma vez que sair às ruas torna-se uma verdadeira aventura e, nem em sua própria casa, o cidadão sente-se em segurança.

4. POLÍCIA INTERATIVA: OPÇÃO CONTRA A DEGENERESCÊNCIA DA POLÍCIA

A situação de degenerescência que atingiu algumas Polícias Militares no território brasileiro, teve sua origem em conseqüência de problemas sócio-econômicos que desencadearam uma onda de violência sistemática a qual, normalmente, está presente na ação policial.

Durante o I Fórum Nacional sobre Polícia Interativa, realizado em Guaçuí/ES, nos dias 30 e 31 de agosto de 1995, o Deputado Estadual de São Paulo, Elói Pietá, demonstrou com muita transparência e preocupação os principais problemas existentes nas instituições policiais.

Pietá considera que o aspecto mais grave desta violência está, hoje, nas execuções sumárias de milhares de pessoas, feitas especialmente por policiais militares em serviço ou por policiais militares e civis fora de serviço. As vítimas são normalmente, criminosos ou suspeitos de crimes comuns nas cidades e ativistas de movimentos coletivos nas áreas rurais. Esta violência mortal vem percorrendo décadas, surgindo e se agravando em diversas regiões do país.

Por certo que tais execuções não são admitidas pelos policiais, pelos comandos, pelas corporações ou pelos governos. Faz parte essencial deste tipo de extermínio o mascaramento dele através de uma linguagem codificada. Normalmente, fala-se em confronto de policiais com bandidos na cidade ou com posseiros nas regiões rurais. Ou fala-se em organizações de participantes não conhecidos, como esquadrões da morte ou grupos de extermínio. Os estudos sobre a linguagem nazista quando se referia ao extermínio de judeus sem admití-lo, são bem esclarecedores do emprego desta linguagem figurada.

Outro aspecto de alta gravidade da violência policial são alguns espancamentos e torturas infligidos a pessoas presas. É muito comum se assistir nas ruas os espancamentos de pessoas imediatamente após serem presas ou a agressão a qualquer um da população pobre que resolva opor a alguma resistência ao arbítrio. É conhecida largamente também a convicção de muita gente na polícia de que só com violência física contra os presos se conseguem resultados nas investigações.

Estas práticas de extermínio e de tortura prosseguem basicamente devido ao apoio ou tolerância dos que dirigem os órgãos policiais, dos governos, do judiciário e de parte significativa da opinião pública.

Há a corrupção que acoberta crimes e contravenções, ou mesmo quem deles participam. Existe a corrupção instituída e generalizada de que participam integrantes de instituições policiais, que é patrocinada pelos banqueiros do jogo

do bicho; há a corrupção localizada em unidades, patrocinada por modalidades do crime organizado (como o tráfico de entorpecentes, o furto e roubo de veículos); há a corrupção como prática enraizada de funcionários da polícia, independente da unidade em que sirvam. Existe ainda a corrupção clássica, que caracteriza dirigentes e funcionários no manuseio de recursos do Estado, em qualquer modalidade de serviço público e em qualquer nível de governo.

Os baixos salários que desmotivam a atividade policial, é que resultam na procura, pelos agentes policiais, de outras fontes alternativas de remuneração, em prejuízo da produtividade de seu serviço. O dilema típico de permitir ou não os bicos é uma decorrência direta deste problema. O estímulo à corrupção é outra resultante disto.

A questão da insuficiente remuneração pelo desempenho da atividade policial é um problema que acompanha a polícia desde o início e que ela já herdou do exército. Além disso, é uma marca generalizada de todos os ramos da administração pública no país.

Por outro lado, a carência de equipamentos, recursos técnicos e de formação especializada, que também atinge a todas as modalidades do serviço público, além de prejudicar enormemente a produtividade da polícia, é uma das causas da violência policial, estimulando-a como alternativa aos métodos científicos de investigação e de prova.

O desvio de pessoal policial para atividades não policiais agrava a

carência numérica, sobrecarrega as direções, interrompe a formação policial que advém em grande parte do exercício de sua função típica. Entre as atividades não policiais se destacam: as tarefas burocráticas, as assessorias aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A resistência às mudanças faz da polícia uma força conservadora num Estado que precisa de urgentes mudanças. O corporativismo é a força principal desta resistência. Este é um defeito típico de quem exerce o poder. Basta analisar o corporativismo do Judiciário, que resiste intensamente ao controle externo e de várias outras instituições que não admitem se mexa em seus privilégios, apesar da improdutividade deles derivada.

Destacamos a discriminação dos pobres, que faz deles e de seus crimes, praticamente, objeto único da ação e do preparo da polícia. Pode-se dizer que o setor em que, ^{em} a nível de recursos materiais e humanos, uma polícia está mais atrasada é aquele que deveria responder pela repressão à criminalidade do colarinho branco, como a corrupção, a sonegação, o contrabando, a fraude, que econômica e socialmente é várias vezes mais perniciososa que a criminalidade social das populações pobres.

Após essa dissecação real da situação da Polícia Militar, se faz necessária a busca de novos caminhos para impedir a total degenerescência. E aí surge a Polícia Interativa como esperança de mudanças para melhor. Há que se considerar que a Polícia Interativa não é a cura de todos os males, mas a

expectativa de uma polícia voltada para a cidadania com a participação do cidadão.

Ao se considerar a premissa de que a participação do cidadão nos programas de prevenção (e mesmo de repressão) aumenta a sua segurança e contribui para diminuir o medo do crime, percebe-se que compete ao poder público (municipal, estadual e federal e não só ao executivo, mas também ao judiciário e ao legislativo) incentivar e promover os modos desta articulação para se fazer de forma produtiva.

A propósito da ação de outros poderes nesta questão, não são consideradas apenas as incumbências clássicas. O que mais importa é a mobilização da sociedade (mobilização esta que também pode ser incentivada pelo poder público) para a participação nos programas que visem a segurança em geral.

Dois exemplos bem recentes podem ser citados: primeiro, a mobilização da comunidade do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, promovida pela Câmara dos Vereadores (e não pelo executivo local), durante o “Fórum Municipal sobre Violência e Segurança Pública”, em 23 / 24 de junho de 1995. Foi notório o empenho dos vereadores daquele Município, sob a liderança do Presidente da Câmara, em envolver as comunidades, **de todas as camadas** (e não apenas as comunidades, mas também setores do executivo e do judiciário), no esforço de promover a prevenção do crime.

O segundo exemplo, o da cidade de Vitória no Espírito Santo – como nos informa o jornal “O Globo”, no editorial de 23 de agosto de 1995:

*uma kombi leva um juiz ao local do acidente de trânsito para resolver na hora as pendengas; e um ônibus foi transformado em sala de audiências itinerante para ir aos bairros da cidade e ser palco de julgamentos de pequenas causas.*¹⁴

Apesar ^{de} ~~do~~ jornal elogiar a criatividade dos capixabas, na verdade a idéia não é nova. Há cerca de dez anos, modelo parecido foi idealizado e adotado – com o nome de **justiça itinerante** - no Município de São Sebastião do Alto, no Estado do Rio de Janeiro. Tratou-se de um esforço isolado, mas muito bem aceito pela comunidade daquele município, mas não foi um exemplo seguido por outros juízes, nem apoiado pelo Tribunal de Justiça. Espera-se que o exemplo do Espírito Santo seja seguido por outros Estados, mas, principalmente, que seja apoiado pelos juízes.

Considerando que a segurança pública é um bem ao qual teoricamente, todos têm direitos iguais, independentemente da condição social, percebe-se ser possível cada vez menos a utilização dos serviços do Estado. Assim, de pouco adiantará aos cidadãos mobilizarem-se para exigir do Estado mais segurança.

Indiscutivelmente, com maior ou menor democracia, a mobilização da sociedade através das comunidades, precisa produzir sua própria segurança, **articuladamente com esforços do Estado**. Quando se frisa articuladamente com

¹⁴ EDITORIAL. O Globo, Rio de Janeiro, 23 agosto de 1995.

esforços do Estado, é porque seria temerário admitir a ação autônoma das comunidades, que poderiam querer substituir o Estado no uso da violência. Cumpre ao poder público aglutinar as forças comunitárias e estabelecer com essas o que cabe ao poder público, o que cabe à sociedade e o que, objetivamente, as comunidades podem fazer para se autoprotger.

Se o crime tem um preço, combatê-lo também o terá. Se a sociedade quer mais segurança, mais escolas, mais hospitais, tem que atacar o problema na sua raiz com coragem e determinação, esta é a base de ação do Governo e a semente da Polícia Interativa.

5. POLICIAMENTO OSTENSIVO PRODUTIVO COMUNITÁRIO

POP - Com : POLICIAMENTO DO FUTURO

Segundo Costa, a Polícia Interativa, como uma nova maneira de pensar na proteção e socorro público, baseia-se na crença de que os problemas sociais, as causas da criminalidade, terão cada vez mais soluções efetivas, na medida em que haja a participação das comunidades na sua identificação, análise, proposta e implementação de ações conjuntas para a busca de soluções. Observa-se, no entanto, que as ações e operações da PM devem ser concebidas tendo como alvo principal a população que cumpre as leis e não os infratores, priorizando a atuação preventiva como atenuante de seu emprego repressivo.

Tanto quanto possível, deve-se buscar a presença mais permanente do militar junto a uma determinada área geográfica, preferindo-se o policiamento ostensivo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas, tornando-o mais visível e de mais fácil acesso. Esta modalidade de atuação atenderá mais eficazmente ao cidadão que precisa de uma resposta ágil e adequada aos seus problemas. A sensação de segurança, pois, nunca foi rejeitada

por nenhuma comunidade.

Os conselhos Interativos que são canais de ligação com as comunidades, devem ser intensificados de forma a captar suas necessidades, aspirações, sugestões e críticas, bem como outras manifestações, especialmente sobre a qualidade e eficiência dos serviços prestados pela Polícia Militar.

Há que se considerar a necessidade de a Polícia Militar se abrir para as comunidades, incentivando e convocando suas lideranças a participarem do planejamento do emprego operacional da tropa, inclusive cedendo-lhe espaço para assessoria através dos Conselhos Interativos de Segurança Pública. Para isso o planejamento e a execução do policiamento se farão com base na demanda demonstrada através da estatística criminal e nas necessidades das comunidades.

Segundo Costa, para que todo trabalho possa ser desenvolvido a contento é preciso que as diversas formas de interação sejam alcançadas. Entre elas citaremos: Interação Funcional, Estratégica, Financeira / Logística, Complementar e Tática.

Na **Interação Funcional** o homem (PM) deve ser a primeira preocupação, valorizando-o, estimulando-o e investindo em seu aprimoramento técnico-profissional. A Corporação dá o primeiro passo em direção à mudança das mentalidades operacional e administrativa e, por conseguinte, da Interação Comunitária, através da introdução do compromisso com o resultado (qualidade e produtividade) e, de uma visão mais dinâmica da profissão. A PM deve ser

sempre a primeira opção.

A **Interação Estratégica** considera que fazer Polícia Comunitária da forma tradicional não é mais viável. A concepção estratégica é fundamental. Necessário será adentrar nas comunidades, demonstrando às suas lideranças, o propósito institucional de prestar um serviço permanente em parceria que traga benefícios mútuos e que desperte o exercício da cidadania, através da participação do(s) Conselho(s) Interativo(s) de Segurança Pública (CISEP).

A **Interação Financeira / Logística**: não serão apenas as Lideranças Comunitárias o ponto inicial dessa interatividade, mas, principalmente, os segmentos organizados, públicos ou privados (clubes de serviço, maçonaria etc.) que sugestionados pela real possibilidade de parceria para o bem-estar social, atuarão, fornecendo os recursos disponíveis para a consecução dos objetivos previamente estabelecidos. As pessoas jurídicas poderão participar da alocação de recursos, através da expedição de Títulos de Sócios do CISEP.

A **Interação Complementar**: através do Oficial responsável pelo setor (área geográfica), no qual será feita a Interação Comunitária, buscar-se-á a solidariedade das autoridades dos poderes municipais, da Polícia Judiciária e, sobretudo, do Poder Judiciário, no que tange à necessidade de sincronismo das ações a serem desencadeadas, para a efetivação do processo interativo.

A **Interação Tática**: concluídas as fases anteriores e conhecidas, dentro do planejamento estratégico, as características das comunidades com as

quais será feita a interação, caberá à Polícia Militar a alocação dos recursos humanos e materiais disponíveis, para a execução dos serviços de Polícia Ostensiva, distribuindo-os dentro do programado para o atendimento das necessidades mais urgentes das comunidades. O POP-Com (Polícia Interativa) é essencialmente uma **polícia de bairro**.

Para que seja desencadeado um processo efetivamente interativo são necessárias algumas medidas básicas, tais como:

– Reuniões Doutrinárias (RD), para formação da mentalidade de Interação Comunitária. As resistências à nova mentalidade devem ser vencidas pelo convencimento e não pela imposição disciplinar. Segundo BROWN, *“a mudança da mentalidade interna torna possível a melhoria das ações externas da Polícia”*.¹⁵

– Reuniões com as Lideranças Comunitárias; propõe-se que nos grandes centros, um Tenente e mais dois ou três Sargentos (previamente habilitados) sejam responsáveis por uma área geográfica que compreenda três bairros próximos, no máximo.

– Criação de Conselhos Interativos de Segurança Pública, com personalidade jurídica, englobando no máximo três bairros. Os CISEP devem possuir representantes de todos os segmentos públicos ou privados, envolvidos no processo de interação.

¹⁵ BROWN, (op. cit.)

– Criação do SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão) cujo objetivo é facilitar os trabalhos de Interatividade Comunitária, objetivando produzir respeitabilidade pública, através do atendimento / resposta das petições de cada cidadão, pelo telefone ou por meio de correspondência remetida através dos correios.

– Padronização dos serviços prestados às Comunidades através de reuniões setoriais internas de avaliação do desenvolvimento das ações operacionais. Os estudos de casos ocorridos, nos setores inclusos no processo interativo, devem ser estimulados.

– Aquisição de um microcomputador e do Software específico do POP-Com (Polícia Interativa), para o gerenciamento dos dados, visando sistematizar as informações indispensáveis no controle de todo processo interativo.

Após o cumprimento dessas medidas, o processo interativo começa a ser desencadeado. Mas, para que haja a real operacionalização do POP-Com, são necessárias ações estratégicas que visem à implantação desse novo tipo de mentalidade no serviço de policiamento ostensivo.

Inicialmente, devem ser criadas condições para a alteração dos hábitos institucionais internos, perspectivando uma fase voltada para a busca da produtividade com qualidade e o início do processo interativo com as comunidades locais. Além disso, mediante constantes Reuniões Doutrinárias

(RD) com o segmento comandado, buscar-se-á a efetiva mudança do “modus operandi” na ação policial.

Deverá ser inculcada nos PMs uma nova mentalidade no atendimento de ocorrências. Essa mudança de comportamento deve ser embasada na leitura diária do **Cartão da Cidadania**, idealizado pelo Cap PM Júlio César Costa, como veremos logo abaixo. Este Cartão leva a uma severa reflexão sobre o que é **certo** e **errado** no procedimento militar. Observe que para cada atitude considerada errada há uma equivalente correta.

CARTÃO DA CIDADANIA	
CERTO	ERRADO
RAZÃO	EMOÇÃO
A FORÇA DA LEI	A LEI DA FORÇA
A TÉCNICA POLICIAL MILITAR	A VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR
RECONHECIMENTO PROFISSIONAL	O DESGASTE PROFISSIONAL
A CORPORACÃO RESPEITADA	A CORPORACÃO DENEGRIDA

Faz-se necessário, também, permanentes contatos com as autoridades municipais, presidentes de clubes de serviços, lideranças comunitárias, com o objetivo de tornar possível o processo de convencimento, indispensável para a interação entre PM e Comunidade.

No segundo momento, o Oficial estrategista da Polícia Militar,

envidará esforços, para a realização das seguintes etapas:

1ª – Levantamento de dados diversos junto às Comunidades e seus líderes, concentrando toda a informação colhida junto às bases, objetivando a realização do planejamento estratégico;

2ª – Criação do Grupo Formador de Opinião, utilizando-se dos Oficiais Subalternos e Graduados, para, após conhecerem a essência do projeto de interação, atuarem como os formadores de opinião, para a **mudança dos hábitos internos** na ação ostensiva da Polícia Militar;

3ª – Estabelecimento do grupo multiplicador da idéia, atuando nessa etapa, os Graduados que concorrem às escalas de supervisão e Comandante de Serviço. No início de cada jornada de trabalho, o processo interativo desejado pela Polícia Militar será compartilhado com todo segmento operacional, através da leitura do Decálogo do POP-Com (Polícia Interativa).

No terceiro momento já com uma pequena infra-estrutura no que tange à informática e também ao início da mudança de mentalidade institucional, partir-se-á para a implantação das etapas seguintes:

1ª – Criação do grupo receptor

Com as informações colhidas no 2º momento, torna-se possível a formação do grupo receptor, ou seja, o grupo de Líderes Comunitários que estarão aptos a receber as informações oriundas da Polícia Militar, sobre o processo interativo.

O Oficial estrategista da Polícia Militar nesse momento, há de conhecer nominalmente os Líderes Comunitários no setor a desenvolver o processo interativo. Deve o representante da Polícia Militar criar um ambiente saudável e de confiança recíproca, para que a interação se inicie de modo efetivo.

2ª – Realização de Reuniões Comunitárias

Após escolher uma data que seja de aceitação por todas as partes, o estrategista da Polícia Militar iniciará o processo de discussão, visando criar condições indispensáveis para o “**feed-back**” entre a Polícia Militar e as Comunidades, com a formalização do(s) Conselho(s) Interativo(s) de Segurança Pública (CISEP).

Nas reuniões será incrementado o recebimento das informações sobre a realidade de cada Comunidade, pela PM.

3ª – Montagem do sistema informatizado de controle de resultados

Antecedendo à implantação do trabalho POP-Com, a Polícia Militar deverá, através de programa de informática próprio, estabelecer a doutrina referente ao controle dos resultados do processo interativo.

A produtividade e a conseqüente melhoria na qualidade dos serviços da Polícia Militar, só se tornarão realidade através de um controle informatizado diariamente, o que possibilitará o acompanhamento analítico de cada servidor militar, envolvido no processo de interação, além do estabelecimento de um poderoso Banco de Dados de Segurança Pública, setorizado, e com possibilidade

de ser interligado em rede.

No quarto momento é feita a implantação do grupo executor.

Dentro do conceito de uma nova mentalidade operacional, após sucessivas Reuniões Doutrinárias para este fim, estará a Polícia Militar apta a proceder ao desenvolvimento do processo interativo, já dentro das comunidades. O agente da Polícia Militar deverá ser orientado e fiscalizado, com vistas à obtenção de êxito na interação. O homem deve ser sempre acompanhado, até que a nova mentalidade operacional tenha sido assimilada por todos. Não há possibilidade de proceder a interação tática, sem que tenha sido assimilada, pelo grupo, a nova mentalidade, através de Reuniões Doutrinárias (RD).

No quinto momento é realizado o acompanhamento e avaliação do sistema operacional.

Através da informática, é possível o controle analítico do desempenho funcional dos agentes participantes do processo interativo, inclusive com análise de dados oriundos das comunidades, que passam a ser os maiores informantes da Polícia Militar.

Vistas de forma estratégica para o êxito do **POP-Com**, junto aos públicos interno e externo, serão concebidas ainda as seguintes ações:

1. Público Interno

- Estabelecimento de um Programa de Comando, pelas U/SU, que tracem as diretrizes básicas para alcance dos objetivos propostos;

- Valorização profissional através da premiação dos serviços prestados pelo PM, aferidos dentro do sistema de produtividade nos serviços de Polícia Ostensiva;
- Inter-relacionamento profissional, entre os segmentos comandados, valorizando-se aqui, o caráter de humanização das atividades do PM, visando a diminuir o estresse policial, e, por conseguinte, a violência policial;
- Sessões de prática desportiva (duas vezes por semana);
- Introdução do formulário padrão do POP-Com (Polícia Interativa), como instrumento de controle da produtividade e da qualidade dos serviços de polícia ostensiva;
- Setorização do serviço de polícia ostensiva – “*o homem certo no lugar certo*”;
- Introdução de cartões-programa, setorizando ainda mais as ações ostensivas;
- Formação de uma mentalidade operacional dentro dos objetivos do POP-Com (Polícia Interativa);
- Informatização do Controle de Resultados do POP-Com, com programa específico para tal fim;
- Adequação das escalas de serviços, otimizando a escala remunerada de policiamento especial.

2. Público Externo (Comunidades)

- Reuniões Comunitárias periódicas, para debate sobre os serviços de Polícia Ostensiva, prestados pela PM, através dos CISEP;
- Programa Linha Aberta com as Comunidades, que deverá ser levado ao ar, semanalmente, através da Rádio ou Serviço de sonorização local dentro do seguinte formato:
 1. Descrição das ocorrências por bairros;
 2. Dicas para a segurança das comunidades;
 3. Esclarecimento às comunidades, sobre assuntos de seu interesse;
 4. Debate em linha direta com o cidadão, através de cartas ou telefonemas.
- Mutirão de identificação civil;
- Mutirão Contra as Drogas nas Escolas;
- Aplicação de pesquisas de opinião pública nos municípios (da U/SU);
- Policiamento Escolar, usando-se o pessoal do setor de trânsito (motociclista);
- Campanha Educativa de Trânsito – *“Advertir é melhor do que multar”*.

Foi também instituído um sistema de recompensa no POP-Com, cujo

objetivo é estimular a participação de toda companhia inserida no projeto.

As recompensas concebidas inicialmente para os 02 (dois) primeiros colocados a cada mês, são 04 (quatro) dias de dispensa total do serviço, publicada em BI, e ainda uma referência elogiosa, por ocasião da Reunião Mensal do CONSELHO INTERATIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CISEP.

Àqueles PMs que não obtiverem a pontuação mínima a cada mês, será aplicada, fora do horário de escala, a reciclagem complementar por um período de 05 (cinco) dias, pelo Comandante de SU/Pel.

Ainda é aplicada a premiação pecuniária, através dos recursos oriundos dos CISEP, para os militares que obtiverem os dois primeiros lugares mensalmente no POP-Com.

5.1 - Polícia Interativa: Vantagens

As mudanças realizadas em qualquer instituição pública, normalmente, são vistas com desconfiança por aqueles que dependem dessas instituições. Deste modo a Polícia Interativa não escapou a esse receio, mas de forma lenta e gradual vem demonstrando a funcionalidade do sistema. Essa nova maneira de fazer polícia tem apresentado alguns resultados satisfatórios que são considerados vantajosos para a Polícia Interativa.

Dentre as principais vantagens desse tipo de policiamento podemos destacar:

- Maior credibilidade por parte das Comunidades, Diretores de Escolas, etc, nas ações ostensivas policiais;
- Redução do índice de criminalidade, a nível de bairros;
- Aumento da sensação de segurança por parte das Comunidades;
- Aumento da ostensividade do serviço policial militar;
- Formação dos CISEP, com representação das Associações de Moradores, OAB, Poderes Constituídos e Clubes de Serviços;
- Identificação e solução dos problemas realizados em parceria Polícia / Comunidade;
- Treinamento dos policiais para organizar e liderar os moradores;
- Confiança nos policiais e não no controle militar;
- A Comunidade fiscaliza a Polícia;
- Permanência do policial no local de trabalho.

5.2 - Polícia Interativa: Desvantagens

Como toda mudança, ao ser colocada em prática, necessita de constantes avaliações para se redirecionar o processo. Notamos algumas desvantagens daí decorrentes, são elas:

- A omissão de membros das classes média e alta da Comunidade em participar e colaborar com o POP-Com;
- O uso político da credibilidade deste novo sistema;

- A vaidade exacerbada entre os membros do CISEP pode gerar desentendimentos, que irão refletir no sucesso do projeto;
- Os baixos salários e os constantes atrasos de pagamento, desestimulam qualquer trabalhador, principalmente os policiais;

Mesmo que aconteça alguns acidentes de percurso, a semente lançada irá frutificar e, certamente, daqui a algum tempo veremos os frutos dessa semente espalhada por grande parte do território brasileiro.

6. A PMES RUMA PARA O 3º MILÊNIO

Segundo o Dr. Luiz Ferraz Moulin, a polícia tem que ser um bem de todos, cuja função é servir ao povo. Com isso, salienta-se que a falta de Segurança Pública destrói o alicerce da Nação moderna, institucionalizando a violência, que resulta na ruína do Estado. A segurança pública merece, pois, ser olhada de maneira diferenciada; é preciso demonstrar a importância constitucional que é devotada às Polícias Militares dos mais diversos países do mundo desenvolvido.

Sabe-se que as polícias se defrontam com problemas estruturais e conjunturais graves. No entanto, a passividade da comunidade política em relação à questão é gritante, mas sua colaboração e apoio são indispensáveis. O aprimoramento dos recursos humanos e materiais utilizados pela nossa força policial tem de ser efetivo e urgente.

Foi baseado nesses argumentos que, segundo o Dr. Moulin, Guaçuí está instalando um processo pioneiro na criação da Polícia Interativa, a polícia que dialoga com a sociedade, a polícia que atende às demandas de segurança dos

cidadãos, a partir dos processos de participação. É o Estado a serviço do bem estar de todos, mas não a partir das velhas práticas autoritárias, mas sim de novas parcerias.

Faz-se necessário extinguir os velhos vícios como a violência arbitrária e o despreparo profissional dos agentes de segurança pública. Urge dotar os policiais, além de uma formação profissional eficaz, de bons salários, dignidade ao exercício de suas funções e de um controle externo, exercido pela sociedade civil organizada.

A cidade de Guaçuí, baseada no sucesso da Polícia Interativa, oferece ao Brasil uma proposta de trabalho, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática, ^{em que} ~~onde~~ todos os cidadãos, independente de sua origem social, sejam respeitados, principalmente no exercício de seus direitos e de sua dignidade.

A PMES rumo para o 3º milênio com uma experiência na área de segurança pública, ^{mediante a qual} ~~onde~~ o povo organizado é capaz de realizar em parceria com a instituição militar, um modelo novo de polícia cidadã.

7. METODOLOGIA

7.1 - Apresentação

O presente estudo **POLÍCIA INTERATIVA: PROPOSTA PARA O CONTROLE DA CRIMINALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, tem como objetivo analisar o desempenho da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, através do POP-Com, a partir de sua implantação no município de Guaçuí / ES.

Buscou-se fundamentação teórica em autores como COSTA, DEMONER, NICOLAU, SILVA e outros que contribuíram de forma efetiva para a realização deste trabalho.

Enfatizou-se a importância da relação amistosa entre polícia e comunidade na busca de um objetivo comum, que é a redução da criminalidade, da violência e, conseqüentemente, a segurança de todo cidadão.

7.2 - Instrumentos de Pesquisa

Durante a elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa, onde foram utilizados questionários (anexos II e III) para que se tivesse uma visão

geral dos resultados deste novo modelo de policiamento.

A pesquisa foi realizada no mês de abril de 1996. Foram distribuídos 104 questionários entre os moradores do município de Guaçuí e 60 questionários entre os Oficiais e Sargentos da PMES.

Os entrevistados sabiam da não necessidade de assinar os questionários, portanto, tiveram plena liberdade de opinar sem qualquer interferência, para que se chegasse a um resultado fidedigno nos dados coletados.

7.3 - Interpretação dos Dados

Para a interpretação dos dados coletados utilizou-se o sistema de tabelas e percentagem, que foram transformadas em gráficos.

Os gráficos e as análises dos mesmos encontram-se nas páginas a seguir.

7.4 - Análise de Resultados das Pesquisas

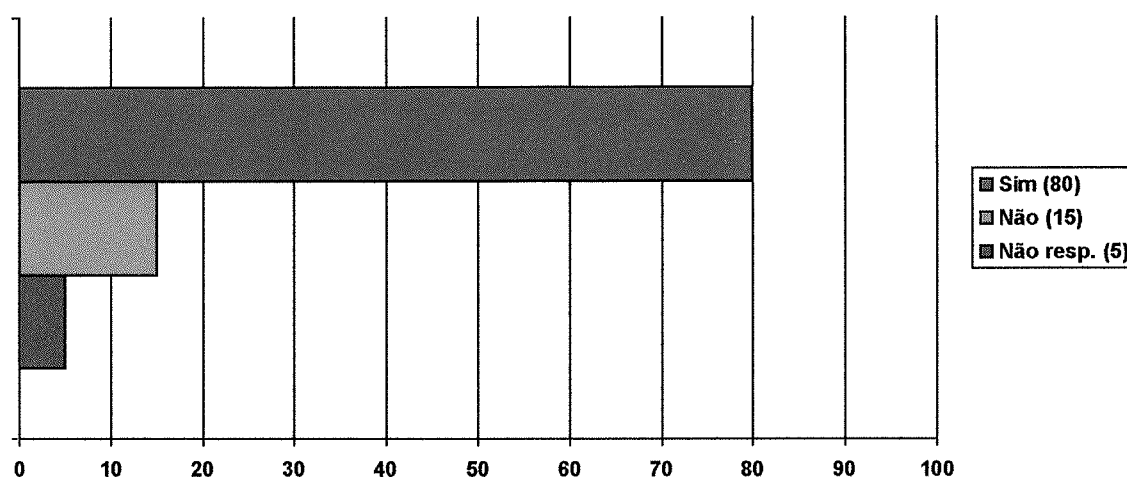
7.4.1 - Pesquisa realizada entre Oficiais e Sargentos da PMES.

Total: 60 (sessenta)

7.4.1.1 - Quadro "A"

1. Na sua opinião, a Polícia Interativa tem condições de atender à população no que tange ao controle da criminalidade?

Em %



Fonte: **Polícia Militar do Espírito Santo**

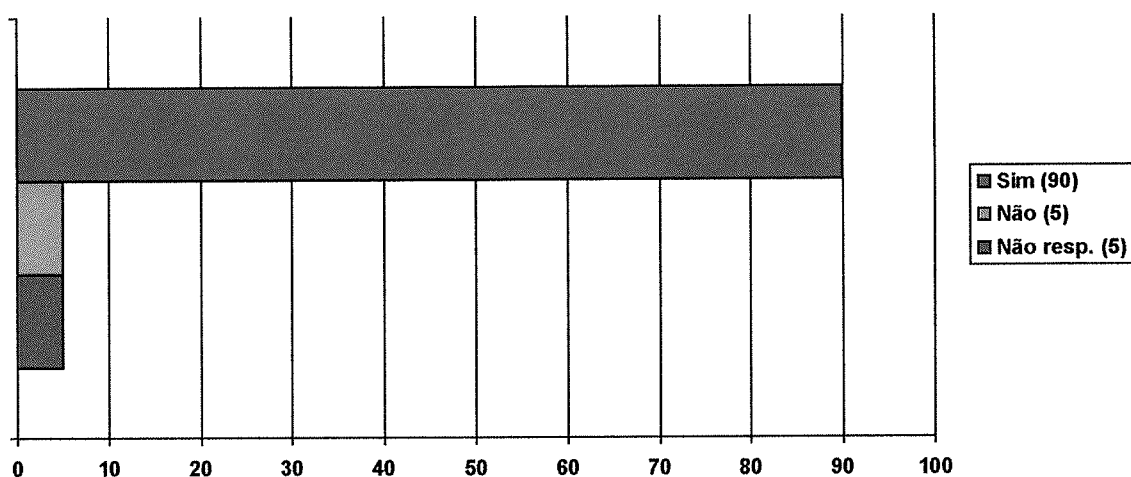
Discussão do resultado:

Dos policiais militares pesquisados, 48 (quarenta e oito) disseram que a Polícia Interativa tem condições de atender à população e controlar a criminalidade; 09 (nove) disseram que não e 03 (três) não responderam.

7.4.1.2 - Quadro "B"

2. Você acredita que o policial empregado nesse modelo de policiamento poderá ter um melhor rendimento?

Em %



Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo

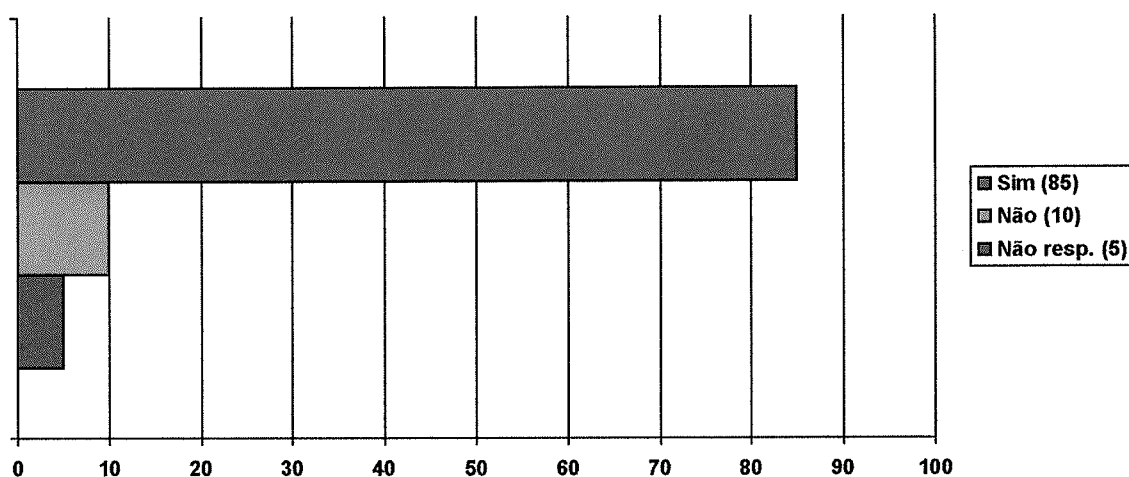
Discussão do resultado:

Dos policiais militares pesquisados, 54 (cinquenta e quatro) acreditam que o policial empregado nesse modelo de policiamento poderá ter melhor rendimento; 03 (três) não acreditam e 03 (três) não responderam.

7.4.1.3 - Quadro "C"

3. O Art. 124, parágrafo único da Constituição Estadual, assegura a participação da população na política e ações de segurança pública do Estado. Você concorda com essa participação?

Em %



Fonte: **Polícia Militar do Espírito Santo**

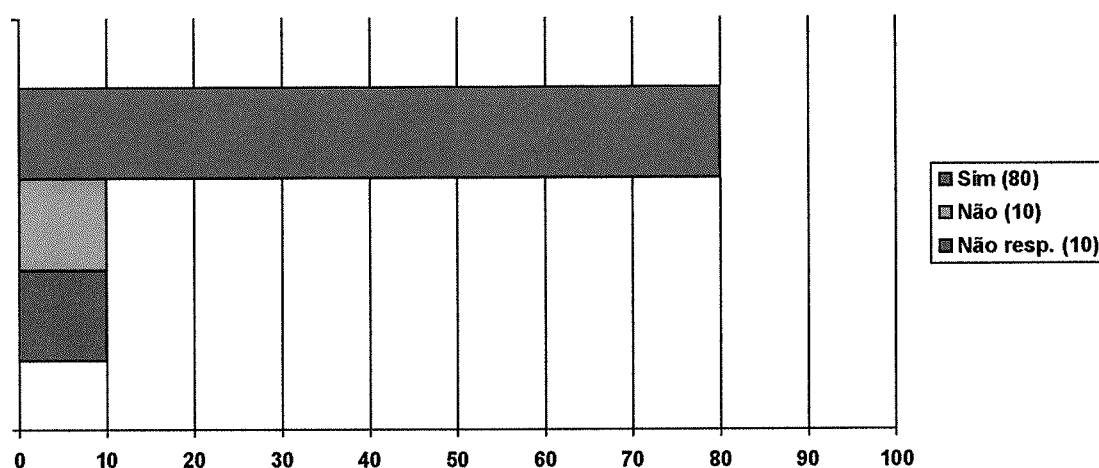
Discussão do resultado:

Dos policiais militares entrevistados, 51 (cinquenta e um) concordam com o Art. 124 da Constituição Estadual; 06 (seis) não concordam e 03 (três) não responderam.

7.4.1.4 - Quadro "D"

4. Em sua opinião, a Polícia Interativa vem preencher uma lacuna existente no serviço da Polícia Militar?

Em %



Fonte: **Polícia Militar do Espírito Santo**

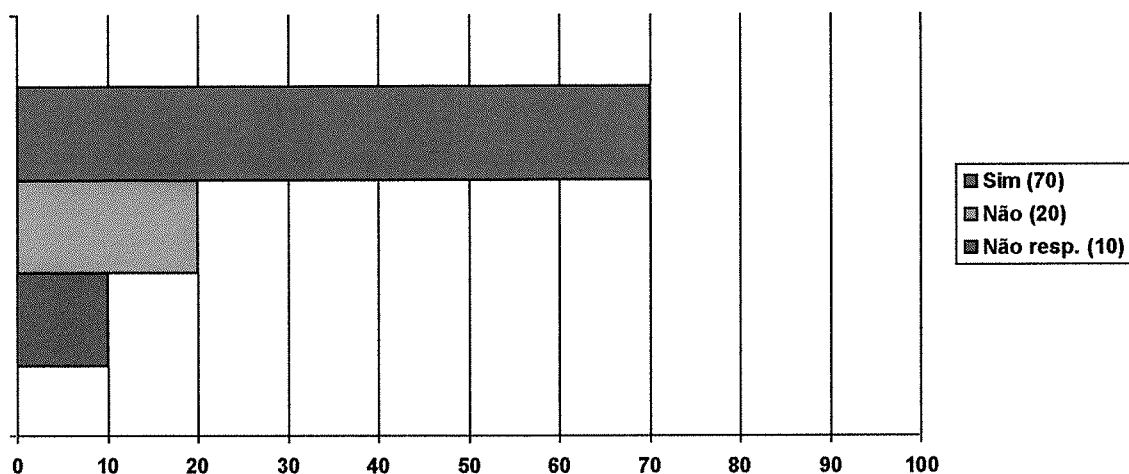
Discussão do resultado:

Dentre policiais militares pesquisados, 48 (quarenta e oito) acreditam que a Polícia Interativa vem preencher uma lacuna existente no serviço da Polícia Militar; 06 (seis) não acreditam e 06 (seis) não responderam.

7.4.1.5 - Quadro "E"

5. Pessoalmente, você acredita nesse novo modelo de policiamento?

Em %



Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo

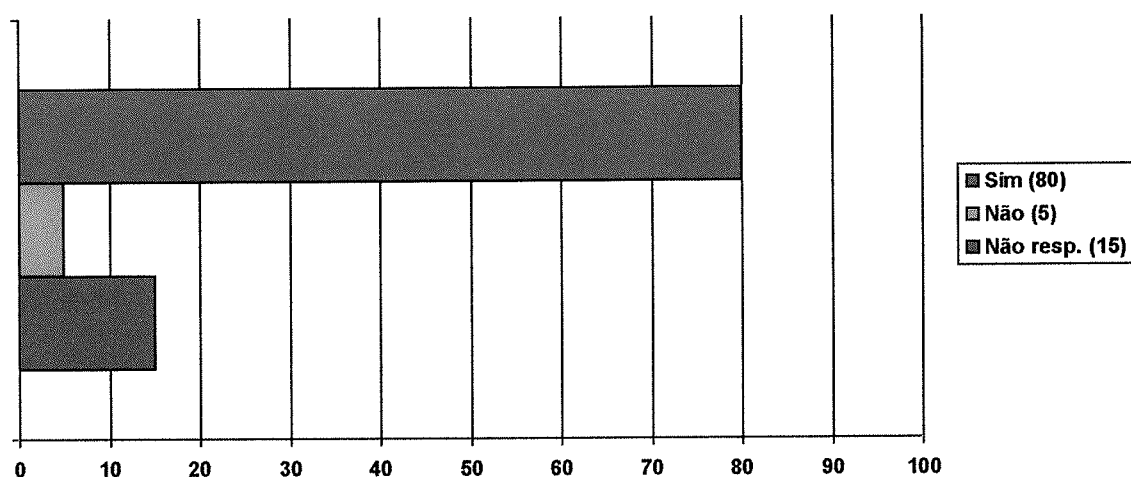
Discussão do resultado:

Dentre os policiais militares pesquisados, 42 (quarenta e dois) acreditam nesse novo modelo de policiamento; 12 (doze) não acreditam e 06 (seis) não responderam.

7.4.1.6 - Quadro "F"

6. Você acredita que a Polícia Interativa pode ser implantada em uma metrópole?

Em %



Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo

Discussão do resultado:

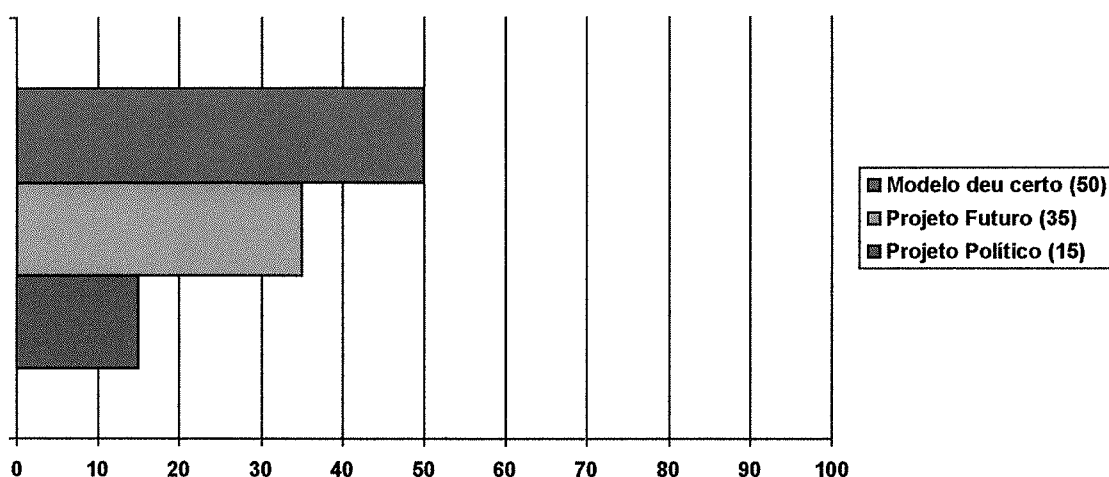
Dentre os policiais militares pesquisados, 48 (quarenta e oito) acreditam que a Polícia Interativa pode ser implantada em uma metrópole; 03 (três) não acreditam e 09 (nove) não responderam.

7.4.1.7 - Quadro "G"

7. No seu entendimento a Polícia Interativa é:

- Um novo modelo de polícia que já deu certo
- Um projeto que pode dar certo no futuro
- Um projeto político

Em %



Fonte: **Polícia Militar do Espírito Santo**

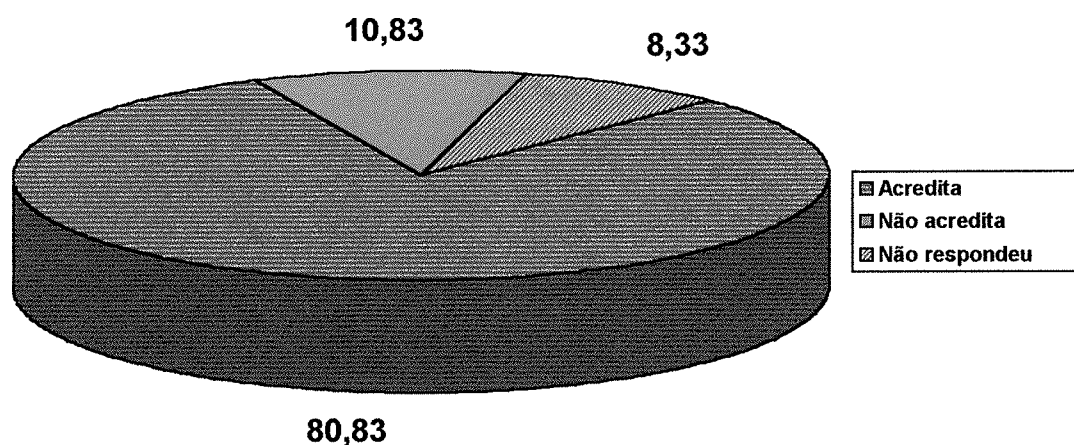
Discussão do resultado:

Dentre os policiais militares entrevistados, 30 (trinta) consideram a Polícia Interativa como um novo modelo de polícia que já deu certo; 21 (vinte e um) consideram que a Polícia Interativa é um projeto que pode dar certo no futuro; 09 (nove) consideram a Polícia Interativa como um projeto político.

7.4.1.8 - Quadro "H"

**ANÁLISE GLOBAL DA PESQUISA REALIZADA
JUNTO AOS OFICIAIS E SARGENTOS DA PMES**

Em %



Fonte: Polícia Militar do Espírito Santo

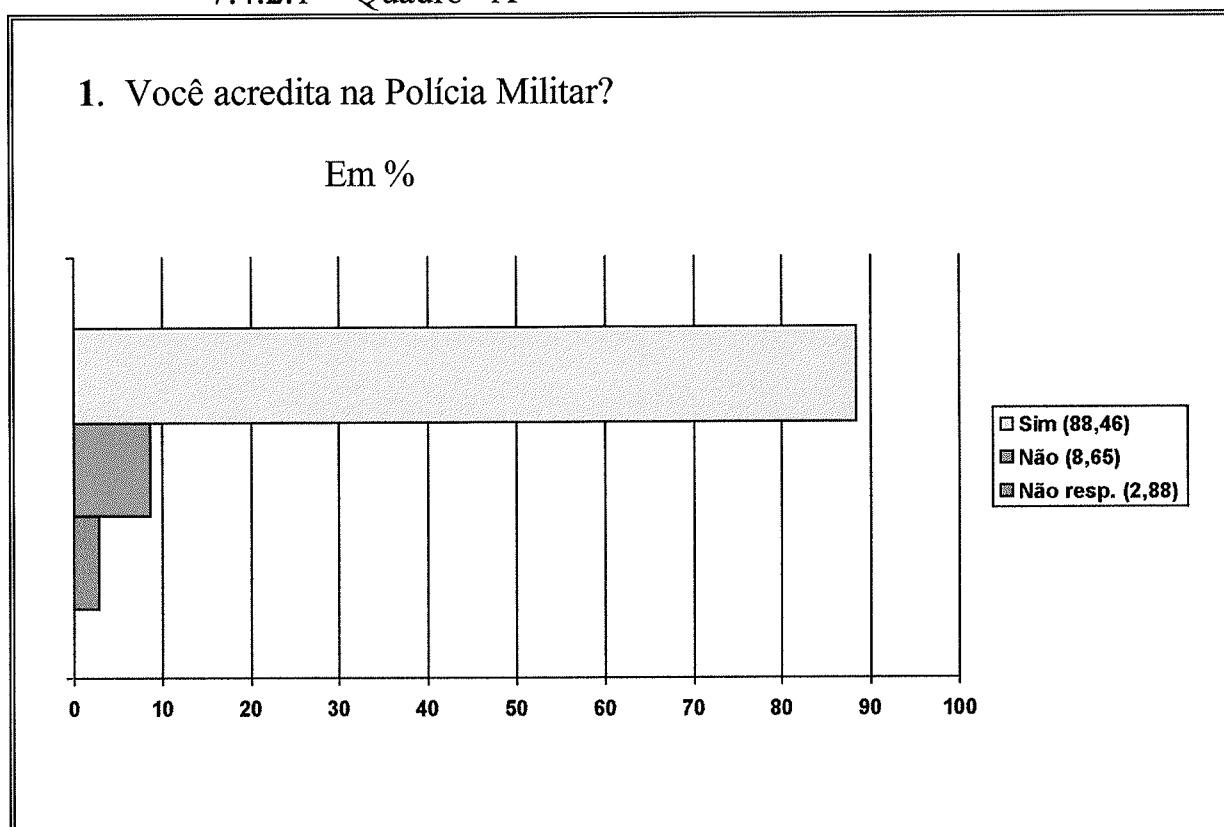
Discussão do resultado:

Da análise dos percentuais obtidos, confirmou-se um resultado bastante satisfatório e, conseqüentemente, a validade de implantação deste novo modelo de policiamento. Dentre os policiais militares pesquisados, 49 (quarenta e nove) acreditam neste novo modelo de policiamento; 06 (seis) não acreditam e 05 (cinco) não responderam.

7.4.2 - Pesquisa realizada entre os habitantes do Município de Guaçuí

Total: 104 (cento e quatro) pessoas

7.4.2.1 - Quadro "A"



Fonte: Conselho Interativo de Segurança Pública de Guaçuí / ES

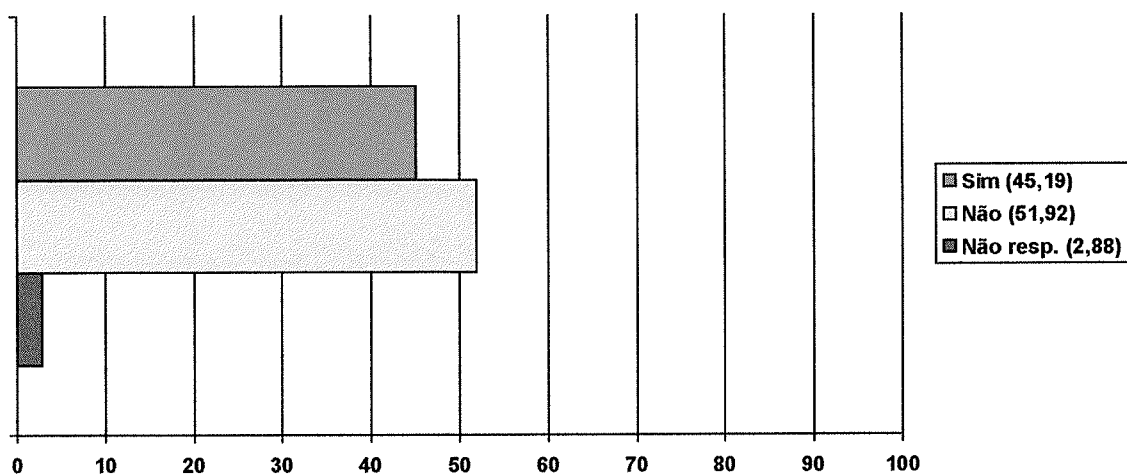
Discussão do resultado:

Dos entrevistados, 92 (noventa e dois) acreditam na Polícia Militar; 09 (nove) não acreditam e 03 (três) não responderam.

7.4.2.2 - Quadro "B"

2. O Sr(a) já foi atendido(a) pela Polícia Militar?

Em %



Fonte: Conselho Interativo de Segurança Pública de Guaçuí / ES

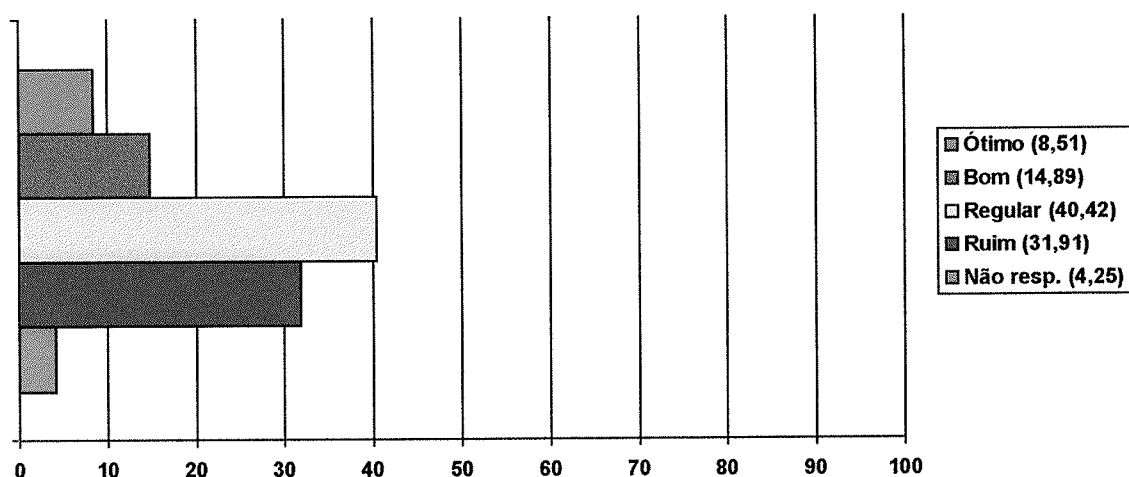
Discussão do resultado:

Dos entrevistados, 47 (quarenta e sete) já foram atendidos pela Polícia Militar; 54 (cinquenta e quatro) não foram atendidos pela PM e 03 (três) não responderam.

7.4.2.3 - Quadro "C"

3. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, responda como foi esse atendimento.

Em %



Fonte: Conselho Interativo de Segurança Pública de Guaçuí / ES

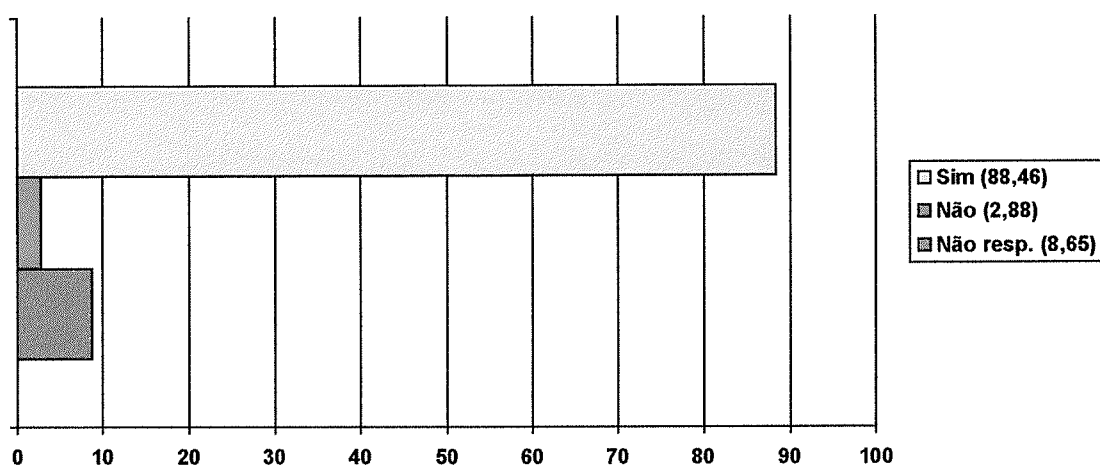
Discussão do resultado:

Dos 47 (quarenta e sete) entrevistados que responderam Sim à pergunta anterior, 04 (quatro) consideraram o atendimento ótimo; 07 (sete) consideraram o atendimento bom; 19 (dezenove) consideraram regular; 15 (quinze) consideraram ruim e 02 (dois) não responderam.

7.4.2.4 - Quadro "D"

4. Na sua opinião o serviço prestado pela Polícia Militar melhorou depois da implantação da Polícia Interativa?

Em %



Fonte: Conselho Interativo de Segurança Pública de Guaçuí / ES

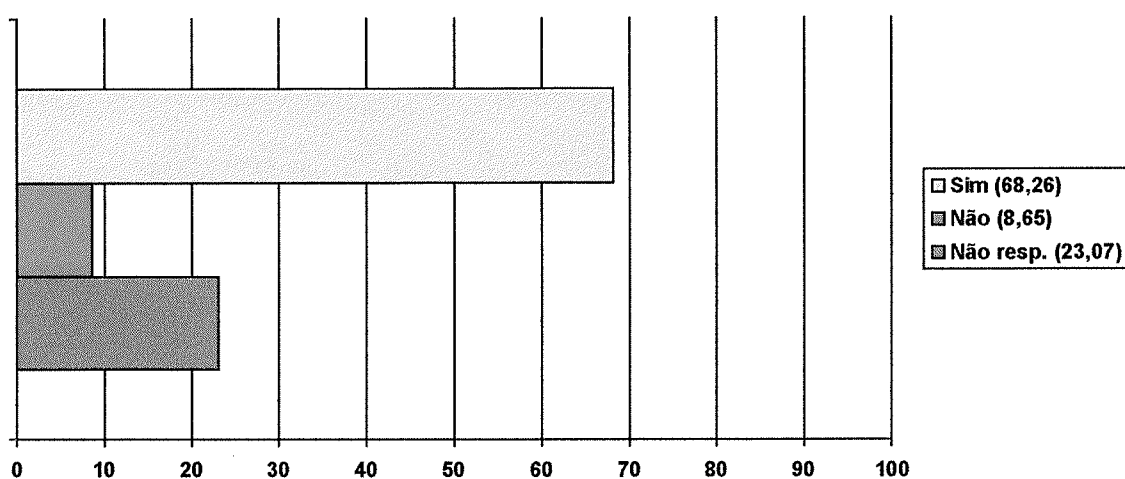
Discussão do resultado:

Dos entrevistados, 92 (noventa e dois) admitem que o serviço prestado pela Polícia Militar melhorou depois da implantação da Polícia Interativa; 03 (três) responderam que não houve melhoria e 09 (nove) não responderam.

7.4.2.5 - Quadro "E"

5. Com a implantação da Polícia Interativa o Sr(a) tem sentido uma melhor sensação de segurança?

Em %



Fonte: Conselho Interativo de Segurança Pública de Guaçuí / ES

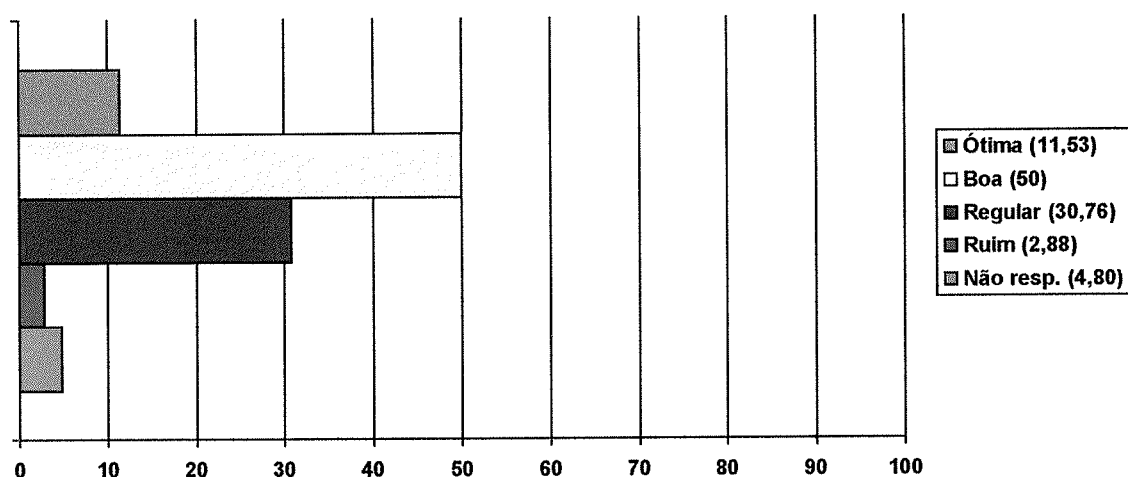
Discussão do resultado:

Dos entrevistados, 71 (setenta e um) responderam Sim; 09 (nove) responderam Não e 24 (vinte e quatro) não responderam sobre a sensação de segurança com a implantação da Polícia Interativa.

7.4.2.6 - Quadro "F"

6 Qual a classificação que o Sr(a) atribui hoje à Polícia Militar, depois da implantação da Polícia Interativa?

Em %



Fonte: Conselho Interativo de Segurança Pública de Guaçuí / ES

Discussão do resultado:

Questionados sobre a classificação que atribuíram à Polícia Militar, após a implantação da Polícia Interativa, 12 (doze) pessoas classificaram como ótima; 52 (cinquenta e duas) consideraram boa; 32 (trinta e duas) consideraram regular; 03 (três) classificaram como ruim e 05 (cinco) não responderam.

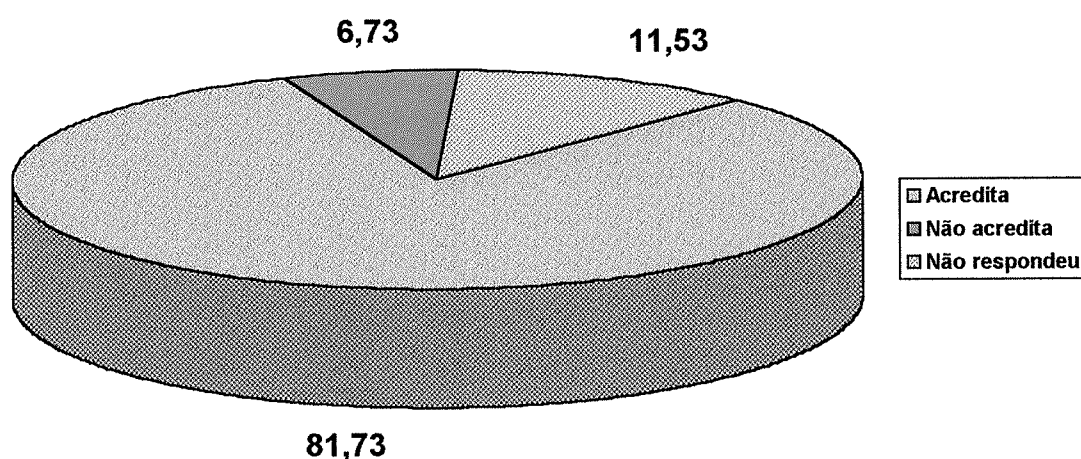
7.4.2.7 - Quadro "G"

**Receptividade da população pesquisada quanto ao novo modelo de
Policciamento Interativo**

(Policciamento Ostensivo Produtivo Comunitário – POP-Com)

Perguntas 1, 4 e 5 do questionário apresentado

Em %



Fonte: **Conselho Interativo de Segurança Pública de Guaçuí / ES**

Discussão do resultado:

Da análise dos percentuais obtidos, através das perguntas 1, 4 e 5 do questionário apresentado, os resultados comprovam a credibilidade da população no POP-Com (Policciamento Ostensivo Produtivo Comunitário). Dos 104 (cento e quatro) entrevistados, 85 (oitenta e cinco) acreditam neste novo modelo de policiamento; 07 (sete) não acreditam e 12 (doze) não responderam.

CONCLUSÃO

A análise deste tema demonstrou a necessidade de encontrar propostas alternativas, coerentes para a formulação de uma política de segurança pública.

Conclui-se que com a implantação e implementação do sistema de Polícia Interativa, mediante atuação da Polícia Militar, com a efetiva participação da sociedade organizada, os resultados adiante descritos poderão ser obtidos, gerando assim, confiabilidade e tranquilidade pública.

Resultados finais:

1. Surgimento do espírito de interação comunitária, dentro da Polícia Militar;
2. Aceitabilidade do modelo de Policiamento Interativo pelas comunidades;
3. Aumento da sensação de segurança por parte da comunidade.

É fundamental uma ação conjunta de toda a sociedade, objetivando a melhoria da segurança pública que valorizará a responsabilidade civil de todos e da própria cidadania. Espera-se que às portas do século XXI, Guaçuá exporte um modelo de segurança que ajude a formar uma Sociedade mais justa e democrática.

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Constituição do Estado do Espírito Santo. Vitória, ES, 1989.

BROWN, Lee P. in A PMES Rumo ao 3º Milênio. PMES, ES, 1995.

CONGRESSO NACIONAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

COSTA, Júlio César. Proposta de diretrizes básicas para a implantação e implementação do POP-COM. Vitória: PMES, 1995. Apostila.

DEMONER, Sonia Maria. História da Polícia Militar do Espírito Santo – 1835 - 1935. Vitória: s. e., 1985.

EDITORIAL. O Globo, Rio de Janeiro, 23 agosto de 1995.

ESPÍRITO SANTO. Projeto A PMES rumo ao 3º milênio. Vitória: PMES, 1994.

_____. Anais. Vitória: Assembleia Legislativa, 1898.

MOULIN, Luiz Ferraz. I Fórum Nacional Sobre Polícia Interativa. Guaçuí: s.e., 1995.

NICOLAU, José Eurípedes P. Policiamento comunitário em Goiás. É uma solução? Goiânia : Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, 1993. Monografia. Mimeo.

OLIVEIRA, Miguel Darcy et alii. Você e a violência. Rio de Janeiro, OAB / IDAC, 1984.

POLICIAMENTO Interativo é ampliado. A Gazeta, Vitória, 10 março de 1995.

POLÍCIA MILITAR Interativa. Revista Veja, a. 28. ed. 1382, São Paulo, 8 mar. 1995.

RIO DE JANEIRO. Plano Diretor da PMERJ - Período 1984-87. Rio de Janeiro: PMERJ, 1984.

SILVA, Jorge da. Controle da criminalidade e segurança pública. Rio de Janeiro: Forense, 2. ed., 1990.

TROJANOWICZ, Robert & BUCQUEROUX, Bonnie. Policimento comunitário: como começar. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

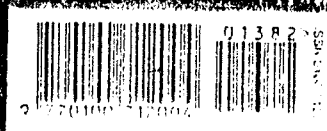
ANEXOS

EDITORA ABRA - EDIÇÃO 1382
ANO 28 - Nº 10 - R\$ 3,00
8 DE MARÇO DE 1995

veja

MEXICO EM TRANSE

A vida depois da quebradeira



CIDADES

PM interativa

Em Guaçuá, a população manda na polícia

Situada nas vizinhanças do Parque Nacional do Caparaó, na divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro e Minas Gerais, a cidade de Guaçuá, de 30 000 habitantes, encontrou uma forma engenhosa de resolver seus problemas de segurança. É a polícia interativa, uma novidade que começa a ser copiada por outros municípios capixabas. Nessa experiência, a comunidade administra o orçamento da polícia, decide como os policiais devem trabalhar e os de melhor desempenho são premiados. Como resultado, em menos de um ano o número de crimes caiu quase pela metade. No fórum local, os processos que envolvem casos de violência também diminuíram.

As ações da polícia de Guaçuá são orientadas por um conselho comunitário formado por representantes das associações de bairro, da prefeitura e da Câmara Municipal que se reúne periodicamente com o comandante da Polícia Militar local. Nessas reuniões, decide-se como devem ser aplicados os recursos destinados à segurança e que tipo de operação os policiais devem fazer. Uma das últimas decisões foi concentrar quase todo o efetivo da PM em quatro bairros considerados mais violentos. Também por decisão do conselho, toda pessoa que prestar queixa à PM ou às delegacias locais deve receber uma carta com explicações sobre as medidas tomadas para resolver o problema. Além disso, os soldados têm um sistema de pontuação pelo qual os de melhor desempenho são recompensados com folgas extras.

"Antes, a população tinha de consultar a polícia até para abrir centro espírita", diz o prefeito Luiz Ferraz Moulin, economista, sociólogo e advogado com cursos de pós-graduação na Universidade de Sorbonne, em Paris, a mesma frequentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. "Guaçuá está mostrando que a polícia deve estar do lado do cidadão, e não contra ele", apoia o governador Vitor Buainain, do PT. Buainain está muito interessado na experiência porque, desde que tomou posse, tenta domar a polícia capixaba, considerada uma das mais violentas e corruptas do país. Em dois meses, o novo governador já expulsou 41 policiais, incluindo dois delegados, por envolvimento em subornos, chantagens e outras faltas.

POLÍCIA INTERATIVA POLICIAMENTO OSTENSIVO PRODUTIVO-COMUNITÁRIO (POP-Com)

Há sempre uma solução quando são inteligentemente estudados os dois lados da questão.

John Stuart Mill (1806-1873)
O maior desatino da Polícia Militar do Espírito Santo, como única agência pública, prestadora de serviços de segurança coletiva, no âmbito do território municipal, será estabelecer estratégias para a concessão de um novo "modelo operacional" na execução dos serviços de polícia "estritamente" ligados entre o cidadão e a comunidade. O novo comunitarismo, portanto, é a forma de participação do cidadão no policiamento ostensivo.

As necessidades de maior sucesso por mais garantido, é o controle da administração, das causas e efeitos da criminalidade, e das situações que favoreçam a ocorrência de crimes. A Polícia Militar, portanto, precisa atuar em três níveis: nacional, estadual e municipal. A atuação nacional é a mais abrangente, pois envolve a segurança pública em todo o país. A atuação estadual é a mais abrangente, pois envolve a segurança pública em todo o estado. A atuação municipal é a mais abrangente, pois envolve a segurança pública em todo o município.

sendo a segurança pública definida como a garantia da ordem pública, e esta sendo a situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, fundada nos princípios éticos vigentes na sociedade, por sua natureza e amplitude, e acompanhando os atuais dispositivos constitucionais, deve ser preservada pelo Estado, mas constituindo também direito e responsabilidade de todos.

O modelo secular de policiamento ostensivo, com quase nenhuma participação comunitária, é ineficaz e não reflete os anseios da população.

Conhecer as características da missão da Polícia Militar, bem como o universo comunitário onde atuar, constitui a primeira condição para a implementação do Policiamento Ostensivo Produtivo-Comunitário (POP-Com).

A Polícia Militar, como a Guarda da Cidadania, atua-se e responsabiliza-se, pela busca de um modelo novo de policiamento ostensivo, onde os elementos produtivos e comunitários se encontram, e se tornam tradições em serviços para as comunidades, bem como para a Instituição Militar.

Assim esta sendo concebido o POP-Com, como um novo tipo de Policiamento Ostensivo, pois envolve a atuação da produtividade e qualidade de os serviços comunitários de polícia ostensiva, visando a excelência, fazendo como inovação, através da implementação a possibilidade para se obter os melhores resultados de policiamento militar no todo, onde isso é um desenvolvimento.

A Polícia Comunitária - Polícia Interativa, como uma arma nova de pensar a segurança pública, envolve a crença de que os problemas sociais, as causas da criminalidade em síntese serão solucionadas através de ações, na medida em que há a participação comunitária na sua identificação, análise, proposta e implementação de ações comunitárias para a busca de soluções.

A estratégia operacional da Polícia Militar deve ser concebida, tendo como referência a grande massa populacional, que vive sob a égide da lei e não os delinquentes costumeiros, priorizando a Corporação, a atuação preventiva, para diminuir o seu emprego repressivo.

Quando possível, o militar deverá prestar seus serviços junto a uma mesma comunidade, a fim de criar um relacionamento mais estreito, bem como fazer o mais extensivo e de fácil acesso. As comunidades não podem ficar sem respostas. São pedidos, no que concernem a segurança pública, devem ter atendimento rápido e adequado pelos ofi-

zais estatais de segurança, e em particular pela Polícia Militar.

A intensificação do relacionamento com as comunidades deve alcançar prioridade nos diversos segmentos da militância, objetivando captar suas necessidades, aspirações, sugestões e críticas, bem como criar condições externas para o controle dos serviços prestados pela PM.

A Polícia Militar há de abrir ainda mais, convocando os líderes comunitários para participarem como assessores no planejamento tático de emprego da tropa, proporcionando neste modo, a democratização da política de segurança. Segurança Pública Estadual, no que concerne à PM.

Desde a criação da Guarda Real de Polícia, há quase 200 anos, nos dias de hoje, que a preservação da ordem pública, através da polícia ostensiva, é missão das Polícias Militares. Assim, necessária e urgente a mudança na visão de Brasil, sempre se tratando em virtude da ordem e consciência de seu povo, principalmente nos momentos de maior liberdade democrática. Entendemos que as mudanças nos hábitos institucionais provocam insegurança, às vezes insustentável, pois não são que conceitos e princípios sejam revisados ou até extintos.

Com uma nova mentalidade a ser alcançada, através da atuação da Polícia Interativa (POP-Com), a Polícia Militar se tornará uma instituição ainda mais respeitável, para vista que, na maioria das vezes, os seus serviços, beneficiados serão os seus principais clientes as COMUNIDADES.

O Policiamento Ostensivo Produtivo-Comunitário é uma tese da PMES, apresentada no Seminário comemorativo dos 25 anos de polícia ostensiva, em Vitória. É uma inovação a nível nacional trazida pela PMES e que poderá revolucionar o sistema atual de controle da criminalidade no País.

JULIO CEZAR COSTA - Cap. PM
Cmt. da 1ª BPM
Guacui-ES

Guaçuí em Repercussão Nacional

A atuação da 2.ª Companhia do 3.º Batalhão da Polícia Militar tem projetado o município de Guaçuí a nível nacional, a exemplo que ocorreu nas publicações na Revista *Veja* a matéria veiculada no dia 12 de março na matéria veiculada no dia 12 de março no programa da Rede Globo de televisão. Os órgãos de comunicação vêm dispensando um tratamento especial à experiência da Polícia Interativa, em que o cidadão, através do SAC — Serviço de Atendimento à Comunidade — procura a instituição, deixa a queixa e em 48 horas tem uma resposta. Com isto também diminuiu-se o índice de ineficiência, os policiais estão na rua, e a aproximação desses profissionais com os cidadãos tornou-se mais amistosa.

Associando a imagem da Polícia Militar, o prefeito para o restante do país, ao município, o prefeito Municipal Dr. Luiz Ferraz Moulin afirma que hoje a cidade tem um bom marketing que é a Polícia Interativa, como premissa que sejam a educação e a saúde pública o final de sua administração. Para isso procura investir na aquisição de material didático-pedagógico para os estabelecimentos da rede municipal de ensino, e a transferência do Posto Socorro para a sede da LBA nas pró-

ximas semanas.

Para o prefeito, a repercussão do município a nível nacional o deixa muito orgulhoso porque o município está aparecendo de maneira correta, firme, e a ocupar um espaço a nível nacional que é de todos os municípios, o que reverte em benefícios morais para a comunidade: "Por outro lado", declara o prefeito, "isso atrai pessoas, turismo, investimentos, o que levará a cidade ao lugar a que ela merece".

Essa busca de um marketing para a cidade é parte do projeto municipal do governo "A Força do Povo", que tem apostado no turismo como fonte de retorno financeiro, incrementando seus eventos como o Verão nas Montanhas, o Carnaval e o Festival de Inverno, todos incluídos no Calendário de Eventos Turísticos do Estado. Segundo o prefeito, é este um novo processo que a cidade está vivendo e ele tem certeza de que os guaçuíenses saberão avaliá-lo profundamente. A associação de uma cidade tranqüila, bem urbanizada, limpa e com os olhos voltados para o futuro é a imagem que Guaçuí pretende para o seu desenvolvimento com geração de recursos e empregos.

Guaçuí seja aqui

Todos cantam a sua terra (bom, nem todos...), também vou cantar a minha. Tão esquecida pelo turismo, com belezas escondidas à espera de serem reveladas a toda a nação... Guaçuí é aqui. Quem diria, no Espírito Santo. Que apareceu no Fantástico, aquele show da vida da TV Globo aos domingos e ninguém falou mal! Dessa vez o Espírito Santo, que não aparece nem no boletim do tempo, pedacinho de terra insignificante encravado entre Rio e Bahia, foi mostrado a nível nacional, enquanto modelo...

Por causa de Guaçuí, quem diria, sob as bênçãos de um Cristo que, se não é o Redentor, também abre os braços sobre nós. Guaçuí é a única cidade capixaba que não conheço, nem sei porquê. Pois Guaçuí foi parar na televisão porque inaugurou a polcia interativa que está interagindo. E embora o habitante local nem saiba o que é isso, anda pra lá de satisfeito com a ordem e a tranquilidade que passaram a reinar por lá.

Há gente que diz que, na realidade, todas as cidadezinhas se parecem, em todo lugar. Que são tão semelhantes entre si que ver uma é ver todas. Quem acha isso certamente nunca souo o calor de Cachoeiro e Colatina e nunca curtiu o frio gostoso de Venda Nova e Vargem Alta. Nunca tomou banho de mar em Conceição da Barra e Guriri, Piúma ou Iriti. Por exemplo. Na verdade, cada cidade tem suas características próprias, suas peculiaridades, sua "cara". Apesar do mesmo ar acolhedor, o mesmo aconchego e hospitalidade.

Alegre é uma graça, Nova Venécia Hélio Dórea chama de "sufça brasileira" e garante que não tem quebra-molas, São Mateus, à beira do rio Cricaré, sinuoso, em seu verde-mar preguiço-

so, tem pracinha com coreto e igreja de São Benedito. Santa Teresa tem museu de beija-flor,agnolini para italiano algum botar defeito. Há gente que viaja para o Norte e para o Sul, para o Centro-oeste e o Nordeste, para o exterior. E não sabe onde e o que é a Micarense, como é o museu de Santa Leopoldina, nunca saboreou o robalo de água doce e nem desconfia o que é Ticumbi - pensa que também é peixe.

Claro que é estimulante viajar, conhecer novas terras e novas gentes. Mas quem não faz turismo em sua terra não merece perdão. O Espírito Santo continua lindo. Privilegiado, juntando praia e montanha, milionário em belezas naturais. As estradas estão ruins? Vá se queixar, não ao bispo, mas às autoridades competentes às quais compete manter e conservar, é pra isso que você paga IPVA. Sabia não? Não tem problema, pouca gente conhece os próprios direitos e você é apenas mais um!

Não há bons hotéis, os que existem cobram caro demais? Botá a boca no trombone, o bom cabrito tem mais é que berrar, e não ficar roco de tanto ouvir - promessas e mentiras. Tem que berrar, depois cobrar urgências, e conferir, in loco, as providências. O que não adianta é fazer como muito capixaba, que só malha, derruba, descredita, menospreza e desconfia. Além de puxar pra baixo o caranguejo que quer sair da lata...

Eu, por mim, me ufano do meu Estado, do meu País (tipo se o último a sair apagar a luz, fico mesmo assim. Não tenho medo de escuro.), e da minha Terra (mesmo que de bola azul ela tenha virado aquela bola murcha parecida com uma uva-passa...). Fínco pé por aqui. E juro que um dia ainda vou conhecer Guaçuí.

(NR - Obrigada, doutor).

Marzla Figueira

TRIBUNA LIVRE

Interação na segurança pública

Estamos vendo nascer uma nova idéia de policiamento — A Polícia Intertativa, novidade já implantada em Guaçuá e que vem dando certo. Sabemos que o Grupamento da Polícia Militar daquele município só conseguiu esta façanha porque aprimorou-se organizadamente, após reuniões internas, com noções de metas educativas, dando ênfase à competência no exercício de suas funções, valorização das relações humanas diante da situação social da região, fazendo do policiamento cotidiano um elo com a comunidade e tornando-se um livro aberto para a população.

Não é mais uma polícia isolada, mas busca com a comunidade a direção das ações policiais, o dimensionamento dos seus serviços; apresenta as necessidades do grupamento e ouve as necessidades da população, tudo discutido, franca e amigavelmente, com as lideranças públicas e privadas da região.

E assim vem recebendo apoio do prefeito, Câmara de Vereadores, associações de moradores, igrejas, clubes de serviço, clubes esportivos, Associação do Comércio etc.

Fiquei ciente desse importante acontecimento devido à palestra realizada pelo vice-presidente da Câmara de Vereadores de Guaçuá, na reunião promovida pela Associação de Moradores de Jardim da Penha — Amjap. Se por um lado deseja-se copiar em Jardim da Penha, bairro de Vitória, o glorioso exemplo de um município interiorano, aqui na capital, salvo melhor juízo a coisa muda de figura.

Jurandy Angelo

Lá funciona porque as lideranças compreenderam que a estratégia é global; os detalhes, os problemas devem ser discutidos, analisados e todos são responsáveis. Em Jardim da Penha as lideranças (comerciantes, líderes religiosos, diretores de escolas, síndicos de edifícios, donos de bares e restaurantes, supermercados, clínicas, etc.) nem estão aí; que um grupo de advogados, lutadores, se reúnam e se esgocelem pedindo o fim da barulheira infernal; de sinalização para as ruas; de policiamento aqui e ali; praia limpa, etc. Eles não querem nada com isto.

Vejo com preocupação a carga que começam a jogar sobre a PMES, pois aqui em Jardim da Penha pareceu-me que há uma pressão política para implantar de qualquer jeito o projeto de Polícia Intertativa, modelo Guaçuá.

Se é difícil a interação com a comunidade do bairro, completamente apática ao fato, quanto mais com a Polícia Civil, completamente desaparelhada e mal paga. Não temos nem Delegacia de Polícia e o contingente da PMES é composto de 15 PMs; duas motos e alguns cavaleiros circulando. Como pode?

Enquanto isto, haja problemas no bairro...



Jurandy Angelo é bacharel em Direito e Ciências Sociais

MINISTRO CONSIDERA A EXPERIÊNCIA DE GUAÇUÍ EXTRAORDINÁRIA

A abertura do I Fórum Nacional sobre Polícia Interativa trouxe ao município de Guaçuá a presença do Ministro da Justiça, Dr. Nelson Jobim. Logo após o seu pronunciamento, o ministro concedeu uma entrevista coletiva aos diversos jornalistas presentes, na qual evidenciou a importância do modelo da Po-

lícia Interativa e diversos outros aspectos da segurança pública.

Para o ministro, é importante que a experiência de Guaçuá se expanda, recebendo os ajustamentos e considerando as características regionais, como se pode observar nas questões respondidas na entrevista coletiva abaixo.

J. A Polícia Interativa reduziu a criminalidade em Guaçuá. O senhor acha que esse tipo de polícia pode ser implantado em qualquer tipo de cidade, mesmo nos grandes centros onde existe o crime organizado?

Eu creio que o modelo é importante; agora não podemos pretender que o modelo se ajuste de uma forma única em todo o país. É importante que esta experiência se expanda, recebendo os ajustamentos e considerando as características regionais, considerando o tamanho e também o tipo de criminalidade em cada município. Agora é fundamental que apresente que a característica dessa polícia interativa, é ela quem invade a mão, ou seja, começa fazer com que a polícia integre-se à sociedade e não seja vista como elemento, digamos, marginal à própria sociedade. Esta é a grande característica em que para a ser uma polícia de proteção ao cidadão, uma polícia do interesse do cidadão e de convívio com o cidadão. Eu creio que nas grandes cidades as coisas se complicarão um pouco, mas num modelo de bairros ou de unidades menores que as próprias cidades como um todo, pode conduzir este tipo de solução. Vamos apoiá-lo.

J. Ministro, discute-se muito a reforma no Código Penal Brasileiro para tornar o combate ao crime organizado de tráfico de drogas mais efetivos. O que o senhor defende de mudanças no Código Penal?

Vamos deixar bem claro que nós não vamos combater criminalidade com leis só. Nós não vamos combater criminalidade com o agravamento da capacidade repressiva do Estado. Nós temos de mudar o sistema. Inclusive na questão da droga que nós vamos voltar a perguntar ao cidadão: e a partir do dia 15 nós vamos publicar no Diário Oficial da União, e distribuir para todo o país, o novo projeto, o primeiro sobre o entorpecentes e drogas. E a pergunta fundamental é a seguinte: o consumidor viciado deve ter o mesmo tratamento que o traficante? Ambos são questões de política criminal, ou o primeiro é questão de saúde pública? Em cima da resposta que o cidadão der a esta pergunta, nós vamos construir um modelo.

J. No seu discurso, o senhor destacou a importância de que a questão da segurança pública não é só uma questão de polícia, mas também uma questão de liberdade individual. O senhor pode esclarecer isto para nós?

Eu quero dizer o seguinte: é que a polícia tem que ser vista como o braço da liberdade do cidadão e não como braço de repressão do cidadão. E nesta inversão da regra que modelos, como este fazem com que também o cidadão se integre na análise das questões policiais e possa criar um espírito que muda esta polarização; uma polarização absolutamente antiduvida e inviável na política brasileira. De um lado se tem as organizações ligadas aos direitos humanos que vêem a polícia como um conjunto de bandidos, e de outro lado a polícia vê as organizações de direitos humanos como um conjunto de órgãos protetores de bandidos. Ou seja, nós temos de integrar mostrando que polícia e direitos humanos são compatíveis e complementares.

J. Um outro ponto do seu discurso foi a questão da violência para combater a violência. O senhor é

contra isto e também contra a pena de morte. Como o senhor vê isto a nível nacional? porque a questão da segurança é a questão do Estado e não da União?

Em relação à questão do Estado, nós sustentamos que esta modelagem da segurança deve ser transferida aos Estados Federados para que a Constituição não fique definhando que tipo de polícia deva ter ou deixar de ter. Isto é questão dos executores da Segurança Pública que são exatamente os Estados Federados. Daí porque nós sustentamos não só a desconstitucionalização desse tema como também a federalização efetiva deste tema, para que cada Estado decida de como lhe convém melhor, tendo em vista a sua história. Com relação à questão da violência, evidente que nós não podemos enxergar a polícia como solucionando a violência, oficializando a violência. O braço da polícia é o braço do cidadão e portanto, preventivamente, são as grandes ações da polícia e não repressivamente.

J. Pelo seu discurso, então, a polícia interativa seria o futuro do país?

É uma das formas. Eu não gosto de estabelecer modelos definitivos. Eu diria que é uma experiência extraordinária que deverá seguramente se estender, receber os seus ajustamentos e os aplausos do resto da Unidade do país.

J. E sobre este debate, que existe em se ter uma polícia só e se ter duas — Militar e Civil? É exatamente porque existe muita corrupção nas polícias em vários lugares? Qual sua posição sobre isto?

Isto é um problema dos Estados Federados. E cada Estado é quem deve decidir se tem uma ou duas polícias. No nosso ponto de vista não é matéria federal. Se é verdadeiro o que você acabou de dizer, como se é verdadeiro o contrário. Cada Estado vai responder suas situações. Deixa os Estados Federados decidirem como devem eles satisfazer a segurança do cidadão, exatamente porque eles é que têm a obrigação de fazer.

J. Agora Ministro, o Governador Vitor Bualy defende a ideia da criação de um sistema unificado para a Região Sudeste na questão da segurança. O que o governo federal pode fazer para contribuir com essa ideia?

Si é outra coisa... O que o governador, já em atendimento concreto, sustenta é a necessidade, no crime organizado, nas organizações criminosas, de termos a integração — não se falando em unidade — mas uma integração desses Estados que compõem esse conjunto do Sudeste brasileiro, exatamente porque aqui está o centro em que se troca. No momento em que uma atividade policial isolada num estado vizinho ao Espírito Santo agrava ou aumenta sua capacidade repressiva, acaba estourando nas fronteiras do outro estado. Esse é o tipo de situação que nós vamos enfrentar e estamos para marcar oportunamente em curto prazo, uma reunião dos estados — Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e de Minas Gerais, para uma formulação de integração no que diz respeito à repressão fundamentalmente ao crime organizado.

PMES faz projeto para se adaptar aos novos tempos

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Carlos Magno da Paz Nogueira, entregou no dia 17 de novembro, ao governador Vitor Buaini, o projeto "Polícia Militar Rumo ao 3º Milênio", que está sendo elaborado por uma comissão de 12 oficiais, coordenada pelo coronel PM Luiz Guilherme Paternine. O projeto faz parte de uma mudança de mentalidade dos policiais militares que terão que se adaptar aos novos tempos. A Força Auxiliar do Exército passa a exercer o papel de Polícia Cidadã.

As mudanças internas começaram na Polícia Militar, quando o coronel Carlos Magno era assessor da Secretaria da Segurança Pública, e participou da criação da "Instrução Modular". Essa medida visa elogiar e dar diplomas a bons policiais, e retribuir aos que cometerem delitos durante as atividades operacionais. Na Casa Militar, por onde passou, Carlos Magno, iniciou a criar a Polícia Interativa, e na sua gestão, no comando geral, vai oferecer ao cidadão, um programa de Governo,

na área da Segurança Pública. A Polícia Militar está atuando com rapidez, e investiu na Polícia Interativa, amparada em Guaçuí, São Gabriel da Palha, João Neiva, Alegre, Bom Jesus do Norte, Serra, três bairros de Vitória e em Itanhangá, no município de Cariacica. O projeto ganhou repercussão nacional, e foi exportado para Brasília, Ceará, Paraná, e cidades do Rio, São Paulo e Rondônia.

Na próxima semana, a PMES lança a cartilha do Policial Militar, no 1º BPM, em Vitória e na Companhia de Guaçuí. Essa cartilha, sabida em um bolso, e contém informações sobre a Polícia Interativa, e os princípios constitucionais. O material vai ter a cartilha antes de sair às ruas, onde no efetuar uma reunião, terá que falar nome, posto, graduação, e informar para onde o pedido será levado.

O projeto dirá ainda que todos os direitos do preso serão respeitados e ainda, o cidadão tem o direito de permanecer preso, e de comunicar a prisão a sua família e advogado.



Foto de Gildo Lovato

O coronel Magno vai entregar o projeto P3M ao governador em novembro

ANEXO II
Questionário

Questionário destinado a Policias Militares do Espírito Santo, Oficiais e Sargentos, com o objetivo de coleta de dados sobre o Policiamento Ostensivo Produtivo Comunitário (POP - Com).

1. Na sua opinião a Polícia Interativa tem condições de atender a população no que tange ao controle da criminalidade?
 Sim
 Não
 Não respondeu
2. Você acredita que o policial empregado nesse modelo de policiamento poderá ter um melhor rendimento?
 Sim
 Não
 Não respondeu
3. O art. 124, parágrafo único da Constituição Estadual, assegura a participação da população na política e ações de segurança pública do estado. Você concorda com essa participação?
 Sim
 Não
 Não respondeu

4. Em sua opinião a Polícia Interativa vem preencher uma lacuna existente no serviço da Polícia Militar?

Sim

Não

Não respondeu

5. Pessoalmente você acredita nesse novo modelo de policiamento?

Sim

Não

Não respondeu

6. Você acredita que a Polícia Interativa pode ser implantada em uma metrópole?

Sim

Não

Não respondeu

7. No seu entendimento a Polícia Interativa é:

Um novo modelo de Polícia que já deu certo.

Um projeto que pode dar certo no futuro.

Um projeto político.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

ANEXO III

Questionário

Questionário destinado à população do município de Guaçuí/ES, com o objetivo de avaliar o desempenho do Policiamento Ostensivo Produtivo Comunitário (POP - Com).

O(a) Sr(a). está sendo convidado(a) a nos ajudar, respondendo este questionário.

Informamos que as respostas emitidas serão mantidas no anonimato, sendo coletadas para fins estatísticos, podendo ao final beneficiar toda a comunidade.

1. Você acredita na Polícia Militar?
 Sim
 Não
 Não respondeu
2. O Sr(a). já foi atendido(a) pela Polícia Militar?
 Sim
 Não
 Não respondeu
3. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, responda como foi esse atendimento.
 Ótimo
 Bom
 Regular
 Ruim
 Não respondeu

4. Na sua opinião o serviço prestado pela Polícia Militar melhorou depois da implantação da Polícia Interativa?

Sim

Não

Não respondeu

5. Com a implantação da Polícia Interativa o Sr(a). tem sentido uma melhor sensação de segurança?

Sim

Não

Não respondeu

6. Qual a classificação que o Sr(a). atribui hoje à Polícia Militar, depois da implantação da Polícia Interativa?

Ótimo

Bom

Regular

Ruim

Não respondeu